

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 185/186

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder da Oposição	Orlando Pessuti
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE DEZEMBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 036/2000

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a “delimitação do perímetro da Área de Proteção Ambiental - APA do Passaúna, definida no artigo 3º, do Decreto Estadual nº 458, de 05 de junho de 1991, passa a ser o seguinte: o ponto de início da descrição, está localizado na barragem da represa do rio Passaúna. Seguindo sentido oeste, pelo prolongamento de uma linha imaginária da barragem da represa do rio Passaúna, até chegar ao divisor das águas do rio Passaúna com o rio Verde; deflexionando para a direita, seguindo pelo divisor das águas, sentido norte, à montante da bacia hidrográfica, pelos pontos de maior altitude, percorrendo os municípios de Araucária, Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré; seguindo ainda pelo divisor de águas, agora no sentido sul, a jusante da bacia hidrográfica, pelos pontos de maior altitude, percorrendo os municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Araucária, até encontrar o prolongamento de uma linha imaginária da barragem da represa do rio Passaúna; deflexionando para a direita, seguindo por esta linha imaginária, até encontrar o ponto inicial da descrição, completando a área em 15.690,00 ha (quinze mil, seiscentos e noventa hectares).”

A necessidade e oportunidade de adoção da medida em questão encontram justificativa no adiante transcrito Ofício nº 94/2000, datado de 28.11.2000, do senhor secretário de Estado do Meio Ambiente:

“Em vista do contido no Ofício DP/217/2000 da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, protocolado no Sistema Integrado de Documentos sob o nº 4.535.134-3, solicitando do Instituto Ambiental do Paraná as providências necessárias para a alteração do perímetro da área de Proteção Ambiental do Passaúna e apresentando as justificativas técnicas ao solicitado, vimos, após ouvida a procuradoria Jurídica do IAP e a Câmara de Apoio Técnico do Passaúna, solicitar de Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná solicitando a aprovação de projeto de lei anexo ao presente, em atendimento ao artigo 225, § 1º, inciso III da Constituição Federal.

Referido artigo reza que a alteração dos espaços territoriais especialmente protegidos e destinados à Conservação Ambiental somente será permitida através de lei, o que se aplica ao caso em questão uma vez que a alteração proposta virá a reduzir a área da APA do Passaúna de 16.02, 04, hectares, em função do ajustamento do perímetro da mesma aos limites da Bacia Hidrográfica do Rio Passaúna.”

certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) EMILIA DE SALES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A delimitação do perímetro da área de Proteção Ambiental - APA do Passaúna, definida no artigo 3º, do Decreto Estadual nº 458, de 05 de junho de 1991, passa a ser o seguinte: o ponto de início da descrição, está localizado na barragem da represa do rio Passaúna. Seguindo sentido oeste, pelo prolongamento de uma linha imaginária da barragem da represa do rio Passaúna, até chegar ao divisor das águas do rio Passaúna com o rio Verde; deflexionando para a direita, seguindo pelo divisor das águas, sentido norte, à montante da bacia hidrográfica, pelos pontos de maior altitude, percorrendo os municípios de Araucária, Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré; seguindo ainda pelo divisor de águas, agora no sentido sul, a jusante da bacia hidrográfica, pelos pontos de maior altitude, percorrendo os municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Araucária, até encontrar o prolongamento de uma linha imaginária da barragem da represa do rio Passaúna; deflexionando para a direita, seguindo por esta linha imaginária, até encontrar o ponto inicial da descrição, completando a área em 15.690,00 ha (quinze mil, seiscentos e noventa hectares).

Parágrafo Único - Excepcionalmente, os limites da APA do Passaúna, indicado no mapa anexo, poderão ser ajustados com vistas a obter melhor precisão, quando verificada tal necessidade, pelo Poder Executivo, em processo administrado devidamente justificado.

Art. 2º - A área da APA do Passaúna, definida no artigo 1º, do Decreto Estadual nº 458, de 05 de junho de 1991, passa a ser de 15.690,00 ha (quinze mil, seiscentos e noventa hectares).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

Sob o nº 978/2000, do senhor Wilson Justus Soares - secretário de Estado em exercício, encaminhando resposta do pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre Ferropar e Ferroeste. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Do senhor Cap. QOPM Valterlei Mattos de Souza - Batalhão de Polícia de Trânsito, encaminhando resposta do pedido de informações requerido

pelo deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre vítimas de acidentes de trânsito em Curitiba. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2479

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Campo magro, alusivos ao aniversário de 4 anos do município, que ocorreu no dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Louvanir Joãozinho Menegusso e ao presidente da Câmara Amarildo Pase, através de correspondência a ser encaminhada à Estrada do Cerne, km 19-20, nº 55, CEP 83510-000, município de Campo Magro / PR.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2480

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornalista Nelson Comel, pela realização do Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada "Peladão/Tribuna do Paraná".

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Há 31 anos realiza-se o Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada - O Peladão / Tribuna do Paraná. Mais uma vez e por 31 anos consecutivos, uma tremenda força e liderança do jornal Tribuna do Paraná - o jornal da galera, que já é o mais importante veículo de comunicação socioesportiva do Paraná.

Desde abril de 1999 até dezembro de 2000, centenas de equipes se prepararam, se envolveram, se digladiaram, se emocionaram e vibraram e fizeram vibrar outras centenas de pessoas em mais de mil jogos realizados no Parque Peladeiro da Prefeitura de Curitiba, num acontecimento sem igual no nosso País.

Comandado pelo jornalista Nelson Comel, o campeonato já é tradicional no Estado do Paraná e sua realização envolve centenas de pessoas que não poupam esforços para fazer do campeonato Peladão / Tribuna do Paraná um dos mais conhecidos do Brasil e um dos mais completos e de mais alto nível.

A premiação do campeonato é um capítulo à parte, já que reúne personalidades da área esportiva, política, cultural e social - nomes conhecidos, gente de todos os lugares que vêm prestigiar este impressionante e destacado acontecimento.

O Grupo Paulo Pimentel, através do jornal Tribuna do Paraná, que, como já foi dito é o mais importante veículo de comunicação esportiva do Paraná, lido por milhares de paranaenses, tem, ao longo dos anos, dado todo o apoio na realização, cobertura e premiação do campeonato, que é, acima de tudo, um incentivo sadio ao esporte de todas as classes e raças: o futebol.

Pela realização do Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada - Peladão / Tribuna do Paraná, receba o jornalista Nelson Comel, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2481

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Grupo Paulo Pimentel, pela realização do Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada “Peladão / Tribuna do Paraná”.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Há 31 anos realiza-se o Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada - O Peladão / Tribuna do Paraná. Mais uma vez e por 31 anos consecutivos, uma tremenda força e liderança do jornal Tribuna do Paraná - o jornal da galera, que já é o mais importante veículo de comunicação socioesportiva do Paraná.

Desde abril de 1999 até dezembro de 2000, centenas de equipes se prepararam, se envolveram, se digladiaram, se emocionaram e vibraram e fizeram vibrar outras centenas de pessoas em mais de mil jogos realizados no Parque Peladeiro da Prefeitura de Curitiba, num acontecimento sem igual no nosso País.

Comandado pelo jornalista Nelson Comel, o campeonato já é tradicional no Estado do Paraná e sua realização envolve centenas de pessoas que não poupam esforços para fazer do campeonato Peladão / Tribuna do Paraná um dos mais conhecidos do Brasil e um dos mais completos e de mais alto nível.

A premiação do campeonato é um capítulo à parte, já que reúne personalidades da área esportiva, política, cultural e social - nomes conhecidos, gente de todos os lugares que vêm prestigiar este impressionante e destacado acontecimento.

O Grupo Paulo Pimentel, através do jornal Tribuna do Paraná, que, como já foi dito é o mais importante veículo de comunicação esportiva do Paraná, lido por milhares de paranaenses, tem, ao longo dos anos, dado todo o apoio na realização, cobertura e premiação do campeonato, que é, acima de tudo, um

incentivo sadio ao esporte de todas as classes e raças: o futebol.

Pela realização do Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada - Peladão / Tribuna do Paraná, receba o Grupo Paulo Pimentel, através de seu presidente doutor Paulo Pimentel, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2482

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Tribuna do Paraná, pela realização do Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada “Peladão/Tribuna do Paraná”.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Há 31 anos realiza-se o Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada - O Peladão / Tribuna do Paraná. Mais uma vez e por 31 anos consecutivos, uma tremenda força e liderança do jornal Tribuna do Paraná - o jornal da galera, que já é o mais importante veículo de comunicação socioesportiva do Paraná.

Desde abril de 1999 até dezembro de 2000, centenas de equipes se prepararam, se envolveram, se digladiaram, se emocionaram e vibraram e fizeram vibrar outras centenas de pessoas em mais de mil jogos realizados no Parque Peladeiro da Prefeitura de Curitiba, num acontecimento sem igual no nosso País.

Comandado pelo jornalista Nelson Comel, o campeonato já é tradicional no Estado do Paraná e sua realização envolve centenas de pessoas que não poupam esforços para fazer do campeonato Peladão / Tribuna do Paraná um dos mais conhecidos do Brasil e um dos mais completos e de mais alto nível.

A premiação do campeonato é um capítulo à parte, já que reúne personalidades da área esportiva, política, cultural e social - nomes conhecidos, gente de todos os lugares que vêm prestigiar este impressionante e destacado acontecimento.

O Grupo Paulo Pimentel, através do jornal Tribuna do Paraná, que, como já foi dito é o mais importante veículo de comunicação esportiva do Paraná, lido por milhares de paranaenses, tem, ao longo dos anos, dado todo o apoio na realização, cobertura e premiação do campeonato, que é, acima de tudo, um incentivo sadio ao esporte de todas as classes e raças: o futebol.

Pela realização do Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada - Peladão / Tribuna do Paraná, receba o jornal Tribuna do Paraná, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao fotógrafo Albari Rosa, do jornal Folha do Paraná, pela premiação “Melhores do Ano”.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O repórter fotográfico Albari Rosa, do jornal Folha o Paraná, foi um dos “Melhores do Ano”, promovido pela Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná (Acep) e Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná (Arfoc).

Albari foi premiado pela melhor foto na categoria fotojornalismo esportivo. A foto que lhe deu a premiação foi publicada na capa da edição de 8 de novembro, da Folha do Paraná. A imagem mostra o zagueiro Silvio, da equipe do Malutron, de São José dos Pinhais, disputando a bola com o atacante Jacaré, do Etti Jundiaí.

Albari trabalha há 13 anos como repórter fotográfico e está na Folha do Paraná há seis anos, onde atualmente desempenha a função de editor de fotografia na redação em Curitiba.

O julgamento dos melhores trabalhos, em cada categoria, é feito pelos profissionais da área. Entre os vários trabalhos inscritos, são indicados três e depois é eleito o vencedor. A premiação aconteceu em Curitiba, na noite de sexta-feira e reuniu dezenas de profissionais da área esportiva.

Pela merecida premiação, receba o repórter fotográfico Albari Rosa, do jornal Folha do Paraná, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao engenheiro Alex Fontana Beltrão, por ter sido premiado como “Personalidade do Ano”, pela Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações do Paraná - Sucesu/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Alex Fontana Beltrão foi agraciado com o prêmio “Personalidade do Ano” pela Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações do Paraná - Sucesu/PR.

Esta é a sétima edição do prêmio e Alex Fontana Beltrão foi agraciado com o mesmo por ter sido responsável pela implantação da Rede Telemática Intranet Paraná, entre outros projetos. Ele foi eleito com 81% dos votos dos associados da entidade.

A Rede foi criada para atender uma exigência do governo do Estado, que é um dos que mais gasta com o

ensino superior. A Rede liga hoje cerca de 50 mil alunos, cinco universidades e doze escolas independentes, além de centros de pesquisa. Ela é uma base para acelerar o atendimento de demanda de informática do Paraná.

Alex Fontana Beltrão é ex-secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Ele assumiu em 1999 a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos e atualmente está à frente da Coordenadoria de Infraestrutura e Logística, que tem como objetivo expandir ainda mais o processo de informatização do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, pela comemoração dos seus 88 anos de existência.

A Santa Casa de Misericórdia vem investindo no potencial dos profissionais, resgatando a humanização dos atendimentos e a melhoria na recuperação dos pacientes.

O crescimento e a ampliação das instalações vieram acompanhadas por um alto grau de atualização tecnológica e aquisição de equipamentos de última geração, o que proporciona um atendimento mais eficiente e direcionado à população pontagrossense e dos Campos Gerais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos diretores e demais funcionários, em nome do Provedor da Santa Casa de Misericórdia, senhor Sallem Chamma, na Rua Francisco Búrzio, 774 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao governador do Estado, bem como ao secretário de Estado da Fazenda, prorrogação no prazo do Refinanciamento Fiscal - Refis, até 29 de dezembro de 2000.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário do Meio Ambiente e presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, senhor José Antônio Andreguetto, que tome as providências necessárias em relação a empresa de exploração de cal, que funciona irregularmente em período noturno, colocando em risco a saúde dos moradores vizinhos e ao meio ambiente.

O referido requerimento se justifica pelo fato de que a empresa Gullin, que atua na exploração de cal, no município de Almirante Tamandaré, na localidade de Tranqueira, no cruzamento da estrada de ferro com a estrada estadual, estar desenvolvendo suas atividades durante o período noturno, provocando elevado índice de poluição, o que já vem afetando a saúde da população vizinha e causando graves prejuízos ao Meio Ambiente. Desta forma, urge uma imediata atuação deste órgão a fim de que sejam coibidas tais irregularidades.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2489

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Cesar Roberto Franco, diretor geral do Detran-Pr, solicitando informações sobre os valores arrecadados provenientes de cobrança de multas e demais infrações nos anos de 1998, 1999 e 2000.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A receita proveniente da arrecadação com cobrança de multas de trânsito, de acordo com o Artigo 320 do Código de Trânsito, será aplicada, exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Baseado nisto, solicito demonstrativo da receita arrecadada não somente com multas, mas também com demais infrações para acompanhar se a utilização destes recursos está sendo feita de acordo com o que diz a Lei.

Desta forma, senhor presidente, senhores deputados, peço aprovação ao presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2491

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso das suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, vêm REQUERER o envio de expediente ao Excelentíssimo deputado Basílio Zanusso, presidente da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, solicitando acatamento do decreto legislativo anexo, de acordo com o Artigo 28, Inciso XIV, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(aa) PÉRICLES MELLO, IRINEU COLOMBO, RENATO GAUCHO, WALDYR PUGLIESI, ÂNGELO VANHONI, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ FERNANDES SILVA LITRO, LUIZ CARLOS ZUK, EDSON STRAPASSON, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO ANNIBELLI, CAÍTO QUINTANA, ADEMIR

BIER, SÉRGIO SPADA, ORLANDO PESSUTI, MOYSÉS LEÔNIDAS, BERALDIN E PASTOR EDSON PRACZYK.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

Emenda:

Sustação das nomeações efetuadas pelo governador do Estado através dos Decretos 3110 e 3112, publicados no Diário Oficial em 05 e 06 de dezembro de 2000.

Art. 1º - Ficam sustadas, nos termos do Artigo 54, Inciso XIX, alínea "a" c/c Artigo 54, Inciso XXVI da Constituição do Estado do Paraná, as nomeações dos senhores Caio Márcio Nogueira Soares e Jaime Tadeu Lechinski para o cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, efetuadas pelo governador do Estado do Paraná através dos Decretos nºs 3110 e 3112, publicados respectivamente nos Diários Oficiais dos dias 05 e 06 de dezembro de 2000.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Beraldin, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Moysés Leônidas e Antonio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

As nomeações efetuadas pelo governador do Estado do Paraná através dos Decretos nºs 3110 e 3112, publicados nos dias 05 e 06 de dezembro de 2000, não possuem validade jurídica, considerando que não foram previamente aprovadas por esta Assembléia Legislativa, como dispõe o Artigo 54, Inciso XIX, alínea "a" da Constituição Estadual, *in verbis*:

"Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XIX - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha:

a) de conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado, indicados pelo governador;"

Desta forma, em função do desrespeito a competência da Assembléia Legislativa, os referidos decretos de nomeação devem ser sustados com base no Artigo 54, Inciso XXVI da Constituição Estadual que assim dispõe:

"Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVI - sustar os atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;"

Há que destacar-se ainda que o artigo 87, Inciso XV da Constituição Estadual foi modificado através da

ADIN 979-6, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, onde, por unanimidade, foram declaradas inconstitucionais as expressões “auditores” e “controladores”.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 432/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Teixeira Soares o seguinte imóvel: “consta de um terreno com 20,00 metros de frente para uma travessa da rua e um marco fazendo esquina com esta rua onde tem também 41,60 metros também de frente, limitando de um lado com a viúva Amancia dos Santos na extensão de 24,70 metros, de outro com o Club na extensão de 20,70 metros, fazendo depois um ângulo reto com E. Rumounki, também na extensão de 20,70 metros, tendo como parte integrante do terreno uma casa de madeira coberta de telhas com três janelas de frente para a referida travessa, entre outras benfeitorias, registrado sob transcrição nº 2594, lavrado em 13 de outubro de 1925 às folhas 117, do livro nº 3-b de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa / PR”.

Art. 2º - O imóvel, bem como as benfeitorias que tratam o artigo 1º desta lei, que serão concedidos ao município de Teixeira Soares / PR, deverão ser utilizados exclusivamente para finalidade técnico, científica e educacional.

Parágrafo Único - A Prefeitura não poderá dar outra destinação ao imóvel, sob pena desta doação tornar-se sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando, ainda, gravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O referido imóvel vem de longa data abrigando a Central Regional de Inseminação Artificial, mantida pela Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, proporcionando aos produtores rurais da região, melhor qualidade genética dos seus plantéis, resultando em rebanhos tecnicamente aperfeiçoados com maior colocação no mercado. A administração municipal pretende ampliar as instalações do referido serviço, objetivando maior geração de emprego e renda, contribuindo ao mesmo tempo para a diminuição do êxodo rural no Estado do Paraná, tornando-se necessário para

a continuidade do projeto e garantia dos serviços aos seus assistidos a incorporação deste imóvel ao patrimônio público municipal.

Salientamos que o presente projeto de lei constitui uma proposta de elevado teor social e ampla abrangência, ao qual solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis o seu especial apoio e atenção.

PROJETO DE LEI Nº 433/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVAS:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, entidade que congrega 352 municípios, e que tem por finalidade adquirir medicamentos, insumos, bens e serviços necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais e hospitalares, comuns aos municípios consorciados.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, que beneficiará mais de 5.200.471 habitantes do nosso Estado e conta com a parceria da Secretaria da Saúde / Instituto de Saúde do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 434/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As Guardas Municipais dos municípios do Estado do Paraná, observarão, em comum, as atribuições e competências previstas nesta lei, sem prejuízo do disposto na legislação federal, estadual e municipal, no que não conflitar com esta.

Art. 2º - As Guardas Municipais do Paraná são instituições uniformizadas e armadas, fundamentadas na hierarquia e na disciplina, estruturadas em carreira única.

Art. 3º - Os Guardas Municipais são considerados policiais, no âmbito do território municipal onde servem e agentes da autoridade policial para todos os efeitos legais, competindo-lhes:

I - proibir, inibir e restringir ações nefastas de pessoas que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

II - educar, orientar, fiscalizar, controlar e policiar o trânsito nas vias e logradouros municipais, visando a segurança e a fluidez do tráfego;

III - exercer o poder de polícia com o objetivo de proteger a tranquilidade, segurança e salubridade dos cidadãos;

IV - colaborar com os órgãos estaduais para o provimento da segurança pública no município, visando cessar atividades que violem as normas de saúde, higiene, segurança, funcionalidade, moralidade e outras de interesse da comunidade ou do peculiar interesse do município.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto nos incisos II e V, as Guardas Municipais poderão receber cooperação técnica e financeira do Estado, através da celebração de contrato entre as respectivas prefeituras municipais e órgãos competentes do Poder Público Estadual e da iniciativa privada em forma de doações.

Art. 4º - As Guardas Municipais, no limite de suas competências constitucionais, observarão os seguintes princípios:

I - ter no respeito aos direitos humanos seu instrumento de trabalho policial, devendo ser empregadas para garantir os direitos individuais e coletivos e assegurar o exercício da cidadania e proteção das liberdades públicas;

II - devem agir de conformidade com padrões éticos e com rigorosa postura profissional;

III - são organizações de natureza eminentemente civil, de caráter social e voltadas para o apoio aos cidadãos, comprometidas com a evolução social da comunidade.

Art. 5º - Os guardas municipais serão autorizados ao porte legal de arma de defesa pessoal, cujo alvará está isento de taxa de fiscalização do Estado.

Parágrafo Único - A autorização para porte legal de arma prevista no *caput* deste artigo é por tempo indeterminado, desde que o guarda municipal se encontre no serviço ativo da corporação e que pertença e não sofra restrição de uso de arma de fogo, por motivo de saúde, de sentença judicial ou de decisão motivada da direção da respectiva Guarda.

Art. 6º - As atividades dos guardas municipais ficam sujeitas ao controle externo, através dos Conselhos Comunitários de Segurança, com participação majoritária de organizações da sociedade civil e dos movimentos populares, nos termos da lei municipal.

Parágrafo Único - É dever dos guardas municipais rejeitar qualquer tipo de violência, de intimidação em qualquer circunstância.

Art. 7º - É vedado o emprego das Guardas Municipais como instrumento de repressão às atividades políticas, sindicais, associativas ou à manifestações políticas.

Parágrafo Único - Responderão pelo descumprimento da vedação prevista no *caput* deste artigo, bem como pela execução dos atos em que violem os direitos e garantias constitucionais, os que ordenarem a execução de tais atos.

Art. 8º - Os Guardas Municipais serão credenciados por indicação da direção da respectiva Corporação, retificada pelo delegado de Polícia Titular do município em cuja área atuarem.

Parágrafo Único - O credenciamento de que trata este artigo será por tempo indeterminado, cuja validade se estenderá pelo tempo em que pertencer ao efetivo de sua Corporação, mesmo que inativo, concedido gratuitamente e legalmente reconhecido em todo o território nacional como documento de identificação funcional e pessoal.

Art. 9º - Os guardas municipais fazem jus à prisão especial quando presos ou no cumprimento de penas privativas de liberdade.

Art. 10 - O funcionamento e emprego das Guardas Municipais dar-se-á por tempo indeterminado, nos termos da Lei Municipal.

Art. 11 - Para a efetivação do disposto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a criar a Coordenação Estadual das Guardas Municipais, observando as seguintes diretrizes:

I - a Coordenadoria terá por finalidade o estabelecimento de diretrizes, padrões, normas e procedimentos pertinentes a: ingresso, carreira, formação básica e emprego operacional das Guardas Municipais, respeitadas a autonomia e peculiaridades de cada município;

II - terá caráter consultivo, indicativo e de coordenação junto às direções das Guardas Municipais, em consonância com as políticas municipais de segurança, visando o atendimento da demanda social por segurança pública no município, em colaboração com os órgãos policiais estaduais, de forma harmônica e integrada;

III - será constituída por uma Comissão de Coordenação Municipal de Segurança Pública formada por 11 (onze) membros representantes de Guardas Municipais, eleitos por uma Assembléia Geral de dirigentes e de Guardas Municipais, convocada pela Associação de Guardas Municipais do Estado do Paraná, observando o seguinte:

1 - mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito por uma vez;

2 - contar com, no mínimo, 06 (seis) guardas municipais de carreira;

3 - dentre os representantes das Guardas Municipais poderão ser eleitas pessoas de notório e real saber e conhecimento técnico no campo da segurança pública;

4 - será presidida pelo delegado Geral de Polícia do Estado do Paraná e secretariada por um Guarda Municipal de carreira.

Art. 12 - As Guardas Municipais do Paraná passam a ter direito a um percentagem do ICMS para adquirir equipamentos em geral.

Art. 13 - Cria-se as Secretarias de Segurança Pública Municipais.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A violência e a criminalidade estão se tornando os mais graves problemas sociais em todo o território brasileiro, causando forte demanda social, já se constituindo em uma das prioridades nacionais e, por consequência, colocando a segurança pública como uma questão estratégica de governo.

Pressupomos que políticas públicas de renda e emprego, educação, saúde, moradia, alimentação e reforma agrária tem papel importante no controle da violência e da criminalidade. Todavia faz-se necessário das respostas imediatas e concretas sobre a atuação da União, Estados e municípios na prevenção, repressão e punição dos crimes, mediante ação conjugada as Polícias Federal, Estaduais e municipais, de conformidade com o disposto no Artigo 144 da Constituição Brasileira.

A segurança faz parte do núcleo de direitos fundamentais, constituindo parte integrante e condição necessária para o exercício dos demais direitos fundamentais da pessoa, tão importante como o direito à vida e a liberdade.

Todavia, em todo o País, reina a insegurança pública ameaçando a ordem institucional e corroendo a confiança do povo nas instituições problematizando a violência e banalizando o crime.

O modelo de segurança pública vigente, centralizado e autoritário, teve origem no Brasil Colônia. Já se exauriu. Não atende satisfatoriamente a crescente demanda social por segurança pública de uma sociedade com grandes concentrações urbana e industrial. Não serve à cidadania, até porque à ela se contrapõe; também não serve aos seus próprios integrantes, porque a eles se opõe enquanto cidadãos.

Portanto, o atual modelo de segurança pública brasileiro precisa ser urgentemente transformado, repensado. A transformação, contudo, deve ser construída com a decisiva participação da sociedade civil organizada e dos movimentos e organizações populares, ao qual se deve incorporar princípios de descentralização dos poderes públicos, a ética dos valores democráticos e republicanos e sujeito aos princípios da soberania popu-

lar, exercido mediante controle externo do emprego e das atividades da polícia.

As Guardas Municipais são hoje uma saudável realidade no campo da segurança pública, nascidas com a redemocratização da sociedade brasileira e a descentralização dos poderes públicos, fortalecidos com a autonomia municipal e com práticas republicanas.

A Guarda Municipal aproxima a polícia da comunidade. Polícia Municipal é verdadeiramente uma polícia comunitária, de bairro, mais transparente e permite a fiscalização direta pela sociedade civil organizada e pelas organizações e movimentos populares. Até por isso vem recebendo atenção, estudos e propostas modernizadoras e democráticas da OAB, por ver nelas a melhor solução para o provimento da segurança pública.

Entretanto, não basta às Guardas Municipais contarem com todos estes favores favoráveis e como modelo ideal de organização policial. É igualmente necessário que lutem com um instrumento legal que lhes assegure uma coordenadoria estadual, até mesmo nacional, para tratar de uma doutrina que lhes dê corpo e alma, de padrões gerais no que concerne a fardamentos, insígnias, estrutura organizacional, ingresso e carreira, formação técnico-profissional, e emprego, mediante diretrizes e procedimentos, conciliando seu emprego com os órgãos policiais estaduais provenientes da segurança pública.

Procurou-se dar um caráter coletivo e democrático, a Coordenadoria, assegurando a participação de Guardas Municipais de carreira com especialidades em Segurança Pública.

Ao se propor que a Presidência da Coordenadoria fique com o delegado Geral da Polícia tem a ver com o ordenamento operacional entre as Guardas Municipais e sua relação cotidiana com os Distritos Policiais.

As Guardas Municipais devem ser necessariamente instituições uniformizadas e armadas e, portanto de carreira única, em que todos devem iniciar no primeiro grau da carreira e democraticamente, por méritos, avaliados pelo permanente aperfeiçoamento técnico-profissional, terem assegurados o direito de acesso no contínuo hierárquico, mecanismo justo, legítimo, motivador e gerador de eficiência policial.

Os Guardas Municipais, enquanto policiais municipais, devem gozar do status de agente da autoridade policial e terem sua funcional nacionalmente reconhecida.

Por fim, os Guardas Municipais, por forças de suas atividades no controle da violência e do crime, devem contar com o amparo legal que lhes assegure o direito à prisão especial, quando preso em flagrante delito ou no cumprimento de pena privativa de liberdade, pois se assim não o for, certamente correrão real risco de vida, caso sejam colocados junto com presos comuns, muitos de alta periculosidade levados à Justiça pela ação corajosa e destemida de Guardas Municipais em defesa da sociedade e no provimento da segurança com tranquilidade dos cidadãos.

Pelo exposto, os Guardas Municipais do Estado do Paraná, que já somam cerca de quatro corporações policiais municipais só em nosso Estado esperam integral apoio para fazerem prosperar a presente propositura, por ser um ideal democrático e republicano do nosso povo e uma iniciativa positiva e necessária para dar mais uma solução para verdadeira crise por que passa a nossa segurança pública.

PROJETO DE LEI Nº 435/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I
Das Definições

Art. 1º - Para efeitos desta lei, considera-se:

I - “lixo domiciliar”, aquele originado da vida diária das unidades familiares;

II - “lixo público”, aquele originado dos serviços de limpeza das vias públicas, de limpeza dos córregos, canais e terrenos, restos de podas de árvores e limpeza de praças e logradouros públicos;

III - “lixo agrícola”, aquele originado das atividades agrícolas e de pecuária, tais como: embalagens de adubo, embalagens de agrotóxicos, esterco animal, entre outros.

IV - “lixo industrial”, aquele originado das diferentes atividades industriais;

V - “resíduos de serviços de saúde” são aqueles produzidos pelos estabelecimentos de serviços de saúde, tais como hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, clínicas veterinárias, postos de saúde, entre outros.

Capítulo II
Da Reciclagem do Lixo

Art. 2º - Ficam obrigados todos os municípios do Estado do Paraná a instituírem programas de reciclagem do lixo domiciliar, público, agrícola e industrial, conforme regulamentação a ser expendida pelo Estado do Paraná.

Art. 3º - Os programas de coleta e reciclagem do lixo de cada município deverão abranger a área urbana e rural, prevendo a forma e os locais em que será procedida a coleta do lixo, bem como local adequado para sua destinação e transformação.

§ 1º - Não são recicláveis os resíduos de serviços de saúde.

Art. 5º - Os resíduos de serviços de saúde devem possuir coleta especial e após coletados devem ser incinerados.

Capítulo III
Da Regulamentação

Art. 6º - O Estado do Paraná deverá firmar Termo de Cooperação Técnico-Financeira com os municípios para que sejam criadas as condições necessárias para a implantação dos programas de coleta e reciclagem de lixo.

Art. 7º - O Estado do Paraná terá o prazo de seis meses para regulamentar a matéria de que trata a presente lei.

Art. 8º - Os municípios terão o prazo de trinta meses, a contar da regulamentação da presente lei, para adequarem-se ao programa de coleta obrigatória do lixo e sua reciclagem.

Capítulo IV
Das Penalidades

Art. 9º - Os municípios que não cumprirem com a coleta obrigatória do lixo e sua reciclagem, terão suspensos o acesso às linhas de crédito do Estado do Paraná em bancos oficiais, nacionais ou internacionais, onde o Estado do Paraná ou qualquer um de seus órgãos ligados à administração direta ou indireta atuem como intervenientes.

§ 1º - Não haverá a restrição as linhas de crédito de que trata o *caput* deste artigo quando as verbas forem destinadas à programas ligados às áreas de saúde e de educação.

Art. 10 - Fica o Executivo autorizado a abrir rubrica no Orçamento de 2001 para satisfazer demanda, provocado por esta lei.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal assim dispõe em seu artigo 225:

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Conforme a ordem constitucional, é dever do poder público estabelecer uma política eficiente de combate à degradação do meio ambiente, preservando-o para as gerações futuras.

Não existe no Estado do Paraná política governamental voltada para o combate à degradação do meio ambiente através da coleta e reciclagem do lixo.

O lixo é um dos maiores problemas enfrentados pela população, que em função da ausência de uma

política governamental eficiente, está exposta à poluição e às doenças a ele inerente.

O recente episódio de vazamento de óleo da Refinaria da Petrobrás, situada no município de Araucária, deixou claro como o lixo não está tendo a devida atenção por parte do governo.

O vazamento de óleo da refinaria paranaense foi um problema grave, onde todo o trabalho de contenção do óleo foi prejudicado em função do lixo existente no rio Iguaçu. O lixo simplesmente rompia todas as barreiras de contenção de óleo montadas pelos técnicos, havendo inclusive geladeiras e fogões no leito do rio.

Assim, a coleta de lixo e sua reciclagem são medidas imperativas ao Poder Público, sob pena de não cumprimento do dever constitucional de manter um meio ambiente equilibrado e preservado para as gerações futuras.

Está comprovado que a reciclagem de lixo preserva os recursos naturais, aumentando a geração de recursos e matéria-prima para novos produtos.

Além do aspecto ambiental, deve-se ressaltar que os programas centralizados de coleta de lixo trazem grande benefício à saúde pública.

A Constituição Estadual prevê em seu artigo 207, § 1º, inciso XI, dispõe que:

“Art. 207 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º - Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios em especial para a reciclagem de resíduos”.

A Lei nº 6938, de 31 de outubro de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, aduz em seu artigo 9º, inciso IX, que são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente “as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental”.

Desta forma, a restrição ao crédito dos municípios que não desenvolverem de forma adequada os programas de coleta e reciclagem de lixo encontra respaldo neste diploma legal, que em seu artigo 14 dispõe:

“Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual ou municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito”.

Com efeito, estarão os municípios obrigados a cumprir fielmente os programas previstos na presente lei, sob pena de perderem acesso às linhas de crédito do governo.

Esta restrição é medida constitucional, porque não afeta diretamente a receita dos municípios, tendo em vista que não está havendo qualquer tipo de corte nas verbas municipais previstas constitucionalmente, apenas uma restrição ao acesso a novas linhas de crédito onde o governo funcione como enterviente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados, ilustres servidores públicos, que aqui nos visitam - municipais e a maioria do Estado do Paraná.

Hoje, pela manhã, tivemos, nesta Casa, no plenário, um dos últimos atos desse ano, da Comissão de Educação, que foi uma audiência pública, para receber informações, denúncias, sobre o Fundef, tanto no que tange à esfera estadual, como dos municípios. Vários são os casos de denúncias e escândalos envolvendo fraudes e desvio de recursos do ensino fundamental.

Os professores dos municípios têm dificuldade em acompanhar os investimentos, os gastos do dinheiro do Fundef, porque deliberadamente, os prefeitos, com a colaboração, muitas vezes, do secretário ou da secretária da Educação, escondem as prestações de contas e fazem de maneira mal feita. Às vezes usam um recurso que é da Educação e pagam outras contas.

Recebemos denúncias de municípios em que cheques (como estas cópias que estão em minhas mãos) foram usados para pagar salário de vereador, para a Câmara Municipal de Vereadores. Cheques foram usados para pagamento de contas telefônicas.

Cheques, dinheiro da conta do ensino fundamental, que a Lei Federal 9424/96, que é do Fundef, obriga que seja conta específica e movimentada apenas para pagamento do ensino fundamental. Sendo que, no mínimo 60% no investimento de pessoal e 40%, no máximo, em outras atividades ligadas todas elas à Educação e, sendo da Educação, no Ensino fundamental.

São várias denúncias e estaremos encaminhando na sessão de amanhã aquelas denúncias recebidas dos municípios - ao Tribunal de Contas, em requerimento específico para cada município, para que seja constatado nas pastas, em que o Tribunal de Contas analisa as contas dos municípios, a exemplo dos municípios que se apresentaram aqui: Guairaçá, Conselheiro Mairink, Jacarezinho, Piraquara, Rio Bom, Rosário do Ivaí, Grandes Rios

e tantos outros - à luz dos documentos enviados a esta Assembléia, recebidos, hoje pela manhã, nessa audiência pública.

Também enviaremos todo debate consubstanciado em ata e pelo serviço de taquigrafia, para o Ministério Público, com a presença, naquela audiência, do promotor de Justiça Samir Baruque, que solicitou a formalização desse documento, para o Ministério Público, para que tome as providências cabíveis.

Estamos recebendo por parte dos conselheiros do Fundef estadual, mediante um ofício que foi encaminhado a essa comissão, a reformulação de denúncia, com novos dados. O conselheiro José Lemos fez uma exposição contundente e que mostra que o Estado do Paraná, além de não prestar contas da forma mais simplificada, com dados, com empenho, com os extratos bancários, também não faz a reunião e quando a faz é apenas um simples relatório das atividades realizadas no ensino fundamental.

Também a Secretaria de Estado da Educação, liderada pela secretária Alcyone Saliba tem apresentado as contas para o Tribunal de Contas de forma absolutamente irregular, tanto é que o Tribunal de Contas tem devolvido as contas do Fundef, para análise do Conselho para que as contas venham também acertadas, porque têm dificuldades no acerto do caixa.

E o mais grave é que temos dinheiro sobrando, segundo denúncia desses conselheiros, e professores sem receber 13º, professores sem os avanços estabelecidos no plano de carreira, professores sem a hora-atividade, professores sem o devido respeito e sobretudo a valorização profissional e salarial que merecem, sendo que o dinheiro está sobrando.

O que eles fazem? Vem o dinheiro através da conta específica, do Banco do Brasil, conforme manda a legislação federal, retira-se o recurso e junta lá na conta do Tesouro, para justificar, perante o Tribunal de Contas e até mesmo a nós, deputados, a folha de pagamento varia de acordo com o dinheiro que tem em conta. Se, digamos, tem 20 milhões a mais eles sobem a folha de pagamento, anunciam: Olha, este mês aumentou 20 milhões o custo com o pagamento dos funcionários públicos, dos professores.

Então, justifica com um simples e mero relatório este gasto, num mês baixa o valor, sobe o valor, de acordo com o interesse contábil e não de acordo com o interesse da transparência, com o interesse da lisura dos procedimentos públicos, com relação ao dinheiro da Educação.

Então temos dinheiro da Educação mal versado, informações fraudadas que merecem a devida fiscalização por parte dessa Assembléia. em sintonia com esta demanda recebendo já a denúncia também acompanhado naquela mesa estava pelo deputado Pastor Edson Praczyk, Algaci Túlio, Ademir Bier, Orlando Pessuti, do deputado Hermes Fonseca e também do deputado Luiz Fernandes Litro, recebemos esta documentação e estare-

mos amanhã, encaminhando formalmente, tanto à Secretaria do Estado da Educação, ao Tribunal de Contas, para que coloque nas contas do Estado a análise dessa denúncia, bem como ao Ministério Público. Claro essa ação já foi tomada pelos conselheiros, mas vamos reforçar esta ação no sentido da denúncia, para que tudo seja devidamente esclarecido.

Acho que a Comissão de Educação, com a colaboração dos deputados já citados, estamos contribuindo, cada vez mais, para que seja dada a devida transparência e o bom uso do dinheiro público.

E por fim dizer que as denúncias estão acontecendo, aos cântaros, nos últimos meses, a esta Comissão e não podemos falhar com a nossa responsabilidade perante a sociedade paranaense e sobretudo conosco mesmos, porque temos família, temos filhos, sobrinhos e é dinheiro da Educação que está sendo fraudado.

Dinheiro da Educação ao lado do dinheiro da Saúde acho que todo mundo haverá de concordar comigo são os recursos mais sagrados e que mais zelo devemos ter com eles.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito.

Com a palavra, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Gostaria, senhor presidente, inicialmente de solicitar a vossa Excelência, que após o Pequeno Expediente, anterior e antes do Grande Expediente ou após o Grande Expediente e antes do Horário das Lideranças, fosse cedido por alguns instantes a palavra para o professor Romeu, que representa aqui a entidade dos servidores e seguramente quer apenas colocar com clareza, em nome dos servidores as reivindicações que os mesmos fazem nesta Casa neste final de ano. Tenho certeza, que o espírito democrático de Vossa Excelência vai permitir que o representante destas entidades que aqui está possa usar da palavra por tempo limitado para poder expor os seus pensamentos.

Mas o que eu queria dizer, senhor presidente, senhores parlamentares, é que hoje pela manhã, recebi inclusive no gabinete, a presença de alguns representantes do magistério, preocupados na apresentação de uma Emenda Orçamentária que permitisse o aumento dos salário dos professores no próximo ano.

Estive com esta comissão, conversando com o relator do orçamento, deputado Durval Amaral, apenas com o intuito de percebermos quanto está no orçamento para o pessoal no ano que vem. E obviamente, aquilo que foi colocado a esta representação que no meu gabinete esteve, seguramente outros tantos estiveram no gabinete dos outros deputados, é o que eu queria expressar aqui para o fórum de servidores que lutam por melhorias sala-

riais, de que o orçamento do Estado sempre irá comportar recursos para pessoal, não existe o orçamento do Estado.

Não existe no orçamento do Estado uma rubrica para pagar professor, médico, advogado, agrônomo, veterinário, seja lá quem for. Há uma rubrica de pessoal.

E aliás, senhor presidente, senhores parlamentares, e é bom que o fórum aqui presente saiba que a única delegação que esta Assembléia Legislativa está dando ao Executivo, a única delegação orçamentária é para o Executivo utilizar o orçamento sempre que for necessário para pagamento de pessoal. Portanto, isto consta do nosso orçamento, independente do valor estimado para pessoal, mas o Executivo está autorizado a fazer suplementações sempre que necessário para o pagamento de pessoal.

Portanto, o aumento do salário do servidor público do Estado do Paraná não é uma questão de orçamento é uma questão de vontade política do governo de encaminhar para Casa uma mensagem de aumento salarial.

E gostaria de resgatar, infelizmente não consegui com rapidez pegar cópias de pronunciamentos, de apartes, de discursos realizados na Assembléia Legislativa no ano de 1995. Final do ano de 1994, quando então, já eleito o atual governador Jaime Lerner, ainda na vigência do mandato do governador anterior, foi mandado para esta Casa, um projeto de aumento salarial e toda a argumentação feita pelos parlamentares de Base de Apoio ao governo, hoje, foi no sentido de recolher aquela mensagem, porque o governador já estava estudando uma forma de dar um aumento maior, para os servidores públicos, durante o seu mandato, que já se foi por sinal, está no segundo e o aumento não foi dado.

Sei que os professores estão em luta salarial, sei que o quadro geral do Estado, não teve um único aumento em seis anos de governo, razão pela qual pede-se senhor presidente e senhores parlamentares, que no momento em que votamos projetos de leis, que possibilitam aumento de arrecadação no Estado, nós possamos contemplar condignamente com aumento, com o pagamento, pelo menos da reposição das perdas, que os funcionários tiveram no decurso desse tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito, com a palavra o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam, é com satisfação que eu venho nesta tribuna hoje, quando temos aqui na Casa, inúmeros representantes dos professores, da rede estadual, bem como, professores e servidores e também os representantes do ensino superior do nosso Estado do Paraná.

Desde quando tomei posse tenho feito um trabalho de apoio ao magistério, de apoio à Educação do nosso Estado do Paraná. Na minha cidade Maringá, na minha

região de Maringá, os professores aqui presentes são testemunhas desta dedicação que nós temos feito. Bem como, os representantes do ensino superior da Universidade Estadual de Maringá.

Senhores deputados, nós apoiamos e apoiarei qualquer medida que seja de benefício dos professores, dos servidores, da educação do nosso Estado do Paraná.

Reconheço e sei a importância que é a educação no município, no Estado e numa Nação. Temos tanta coisa errada no nosso País, no nosso Estado do Paraná e nos municípios. Como o deputado Irineu Colombo, do PT muito bem colocou, recursos do Fundef, temos abusos de prefeitos, que não foram reeleitos se jogando em cima, talvez, dos estudantes, suspendendo o ônibus do transporte escolar. Temos aí a insensibilidade muito grande da equipe do governo do Estado, no tocante sobre o que é a importância da educação no Estado do Paraná. Não vamos falar só de números. Por quê? Porque quase todas as reuniões técnicas, do governo foram apresentadas a nós, como foi apresentada aos demais deputados, números, números e números. Agora, todos nós temos que apoiar independentemente de vínculos, talvez político partidário. Cito um exemplo: da reposição salarial; das eleições de diretores de escola; que nós em reunião com inúmero diretores, assumimos e cobramos do governo do Estado a continuidade da eleição direta, porque engana aqueles que pensam que terão retorno político, talvez a indicação de diretores de escola.

O retorno melhor para nós é, como político, a escolha democrática e a escolha da comunidade e para o diretor escolhido por todos faça um grande trabalho na escola. Esse é o maior retorno que teríamos.

Por isso, aqui, hoje, reafirmamos esse compromisso com os professores, com os educadores seja da rede de ensino estadual, seja no tocante às canchas de desvio de recursos: do Fundef, seja de outros recursos carimbados no Estado do Paraná. Então, senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam. Iremos apoiar - como já assumi esse compromisso com muitos que nos procuram -, o pessoal das universidades, os professores da APP - Regional de Maringá, Regional de Paranavaí e de outras que nos procuraram. Mais uma vez reafirmamos o compromisso de vocês. Sei como deputado e como vereador que fui duas vezes, a importância que é termos os professores com condições de trabalho digno, com salário digno. Teremos, ali, os educadores dispostos a trabalhar, nós teremos educadores levando às crianças, aos jovens, aos estudantes do Estado do Paraná uma educação que cada vez mais precisamos: educação boa e de qualidade. Mas para isso o mais importante é nós reconhecermos e apoiarmos as reivindicações dos educadores e dos professores do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, prezados visitantes. Nesta semana esta Casa foi alertada pelo que aconteceu na antevéspera da viagem de Sua Excelência o governador para receber um prêmio em Amsterdã na Holanda. Sua Excelência antes de viajar pega dois de seus auxiliares mais próximos, nomeia e empossa como auditores do Tribunal de Contas do Paraná.

Faço essa menção - senhor presidente, porque na reunião que tivemos com a responsabilidade da Bancada Governista nesta Casa, quando apresentava os números dizendo que era impossível fazer um aumento dos senhores funcionários públicos do Estado do Paraná, fossem da Polícia Militar, da Polícia Civil, professores das nossas instituições maiores de ensino ou da Secretaria - não podia, porque estava quase chegando no limite da lei. E verificamos, senhor presidente e senhores deputados, de que o senhor governador remete a esta Casa, agora, um enxugamento das Secretarias, que nem aqueles que apoiam o governo sabiam que existia e nem esta Casa sabe realmente o número que existe de funcionários da Casa Civil: se 100, 200 ou 700. Ninguém sabe quais são os secretários especiais de Sua Excelência o governador, porque ele antes da viagem nomeou dois que não vão realmente fazer falta à sua equipe. É de se perguntar - senhor presidente e senhores deputados: é má vontade mesmo de Sua Excelência para revisar não só o setor dos funcionários públicos, mas como também as atenções administrativas deste Paraná?

Nós, ali fora, senhor presidente, ouvindo os reclamos não só dos funcionários e dos sindicalistas, mas de todo esse fórum que agrega todos eles. Ouvimos até uma piada interessante que se ajusta muito bem ao senhor governador Jaime Lerner. Aqui em Curitiba, senhor presidente Nelson Justus, ali no Capanema, tinha um circo instalado, dois leões daquele circo fugiram. Um foi para o lado do Sítio Cercado, lá para baixo, e o outro veio para o nosso lado, o Centro Cívico e combinaram para se encontrarem na Praça Osório, dali há 04 meses. O que foi para o Sítio Cercado chegou um pouco antes, passados os quatro meses. E o que veio para lado do Centro Cívico e se enclausurou, ali embaixo, no porão do Palácio Iguaçu, chegou um pouco mais tarde porque andava mais devagar. Aquele leão que chegou cedo no encontro na Praça Osório, estava magro, estava esquelético, estava com dificuldades, porque lá para baixo do Sítio Cercado só mora gente que ganha o salário mínimo ou funcionário público do Estado que não tem realmente o que comer e não pode dar nada para aqueles que pedem.

Em compensação, senhor presidente, o leão que veio para o Palácio Iguaçu, gordo, robusto, forte, quase que não podia andar. E o leão faminto e magro perguntou: “- Meu irmão, onde é que você se escondeu?”

“- Escondi-me no Palácio Iguaçu, lá embaixo, no porão.”

“- E o que você comia?”

“- Eu comia um assessor do Lerner, por dia, e ninguém sentiu falta até hoje.”

Ninguém sentiu falta, nem o cartão que não é preciso bater e nem o chefe que não aponta quem ele possui.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, quero me somar às reivindicações de todos os funcionários públicos do Estado que nos entregaram uma posição igual a essa que nós temos aqui em mãos e que os senhores também receberam, que tenham a certeza que o deputado Caíto Quintana, já explicitando nesta tribuna, o governador não dá aumento porque não quer, não é porque não pode. O governador realmente tem dois lados. E ontem eu falava desta tribuna, o governador, um lado é moroso, sem decisão, não faz nada que não seja do interesse daqueles que realmente ele comanda. O outro governador é rápido, quando é para a privatização de estradas, faz da noite para o dia. Quando é para entregar o Banco do Estado, senhor presidente, é uma rapidez tremenda. Quando é para aumentar o pedágio, joga para o lado da justiça como se ela fosse a culpada e também quando é para nomear na calada da noite, porque ninguém foi na posse, ninguém sabia do dia, do horário da posse desses dois auditores, ele é rapidíssimo. Mas, é impressionante, senhores deputados, uma mesma pessoa ser tartaruga e ser lebre! E assim é o nosso governador. Lebre no interesse e tartaruga nos salários dos funcionários e nas decisões que vão ao encontro com as razões da família paranense.

Quero, senhor presidente, senhores deputados, já que me foi tirado parte do horário do Grande Expediente, que será dado, oportunamente, a outros oradores que se farão presentes, dizer, por último, que estaremos vigilantes até o final do mandato do senhor governador, mostrando os dois lados, não só o lado da mídia, que lá não falta dinheiro, nem a nível estadual, nem a federal e nem a internacional, lá tem dinheiro a vontade. O homem que ali se encontra pode gastar o que quiser, desde que leve o chefe, agora, do lado do funcionalismo público, do lado da parte que mantém o governo do Estado, a começar pelos fiscais da Receita Estadual, aí não existe recursos, mas uma coisa ao final, senhor presidente, acreditamos que o governador tenha, é palavra, que ele empenhou com o Romeu que aqui se encontra, representando os senhores professores, quando disse que até o final deste ano, estaria atendendo aquelas reivindicações, quando da última greve dos senhores professores. Se o governador não tem palavra, nós haveremos de cobrar a palavra que lhe falta e principalmente, a dignidade no cargo em que se encontra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra o senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que aqui se encontram na sessão de hoje.

Eu quero, em nome do PMDB me solidarizar com os trabalhadores do Estado do Paraná, trabalhadores que levam, que constroem e que procuram levar, graças ao seu esforço, à sua luta e garra, o Estado nas costas, esse Estado do Paraná que já foi modelo em quase todos os setores, modelo na administração pública, modelo no meio ambiente, no saneamento básico, modelo para o Brasil, mas que infelizmente, nos últimos 6 anos do governo Jaime Lerner virou uma verdadeira sucata, um Estado depenado, um Estado arreventado, onde expectativa não se possui mais. Vejam os senhores que aqui estão presentes, o governador Jaime Lerner, assim que terminaram as eleições no mês de outubro passado e aqui na capital, ocorrendo o segundo turno, anunciou que faria uma grande reforma administrativa no Estado do Paraná e iria fazer uma grande mexida nas pessoas que compõem os cargos de confiança, a mexida que o governador deu, foi apenas para tirar um secretário, o secretário da Fazenda. Também a Secretaria da Educação senhor Alcyone Saliba, foi exonerada na ocasião da reforma do governador Jaime Lerner. A imprensa noticiou recentemente, que o governador já havia convidado a secretária para ser sua assessora num cargo de segundo escalão na Secretaria do Planejamento e ela havia concordado, mas a justificativa da secretária foi que quando o governador a convidou para ocupar o cargo de secretária da Educação, ela veio para Curitiba e comprou um apartamento e a prestação do apartamento era muito alta e somente o cargo da secretária da Educação poderia pagar o valor da prestação, aí o governador Jaime Lerner a nomeou novamente para ser a secretária da Educação do nosso Estado.

Vejam, senhores deputados, o critério que se utiliza para designar os cargos de confiança. No caso da Secretaria de Educação foi porque ela comprou um apartamento e não poderia pagar o valor da prestação, se não estivesse no cargo de secretária! Deixa-se de lado a questão da competência, a questão da sensibilidade, a questão da visão, a questão de métodos, para beneficiar outros indicativos que são absolutamente desprezíveis.

É aquela velha máxima: aos amigos, as benesses da lei; ao povo, os rigores da lei; aos funcionários públicos, os rigores da lei; aos amigos, aos compadres, as benesses da lei! Os assessores que o governador Jaime Lerner nomeou em janeiro de 95, tiveram um aumento de 137%, transformando-se em verdadeiros marajás, assessores de cargos elevados.

Como se isto não bastasse, todo mundo e o Paraná sabem que o governador vendeu o Banestado, que era um banco público, orgulho para todos nós, que o governador vendeu a metade da Sanepar; que o governador vendeu a metade da Copel; que o governador usou os royalties de Itaipu; que o governador acabou com o patrimônio do Paraná. Hoje, o Paraná, senhores e senhoras, é um Estado quase que na mesma situação de Alagoas. Inviável, pela

política predatória deste governo que se instalou no Palácio Iguazu no dia 1º de janeiro de 1995. Infelizmente. E o pior disto tudo é que o dinheiro o gato comeu, porque foi pelo ralo da incompetência e da desmoralização!

Os funcionários públicos estão há seis anos sem aumento. E não só os funcionários que estão aqui em Curitiba. Quando vamos para nossa região, no interior do Paraná, conversamos com todos os funcionários, de todas as áreas e a situação é a mesma: de sofrimento, de padecimento, de tristeza, de revolta, por perceber que o governo não tem sensibilidade! É um governo que está aí, enclausurado no Palácio Iguazu e que não tem nenhum compromisso com os trabalhadores. Não só os trabalhadores públicos, mas aqueles que também lutam em outros setores da economia do Paraná.

Senhor presidente, queremos deixar aqui muito clara a nossa posição, de que o governador Jaime Lerner, que hoje cumpre a sua “estafante” trigésima oitava viagem, lá em Amsterdã, na Holanda. Uma viagem “sofrida”. Está lá, hoje, o governador, tornando-se príncipe, porque recebe o prêmio de príncipe. E é natural que uma viagem como esta, “estafante”, “difícil”, arcada e paga com o dinheiro dos impostos que o povo do Paraná contribui, está longe de ver o manifesto dos funcionários públicos. Governador não ouve, com disse o deputado Luiz Carlos Zuk, o grito que vem das ruas, o sofrimento que bate na porta do Palácio, a pedir clemência, a pedir pelo amor de Deus: “Tenha dó, tenha compaixão”! O governador está lá em Amsterdã, na Holanda, recebendo um prêmio de príncipe, porque segundo a imprensa noticiou, quando ele foi prefeito de Curitiba, foi homenageado para receber esta elevada honraria. E aqui no Paraná, fica o sofrimento do pedágio, fica o sofrimento da água, que agora em janeiro vai aumentar 10%.

Mas, em contra partida, o governo dá mais de 100% de aumentos para os diretores da Sanepar! Fica o sofrimento dos funcionários públicos; o sofrimento dos caminhoneiros; dos agricultores, que têm que pagar o pedágio; o sofrimento do povo que vê um governo desleixado, um governo que não tem compromisso com nosso Estado.

Por isso, subo à tribuna em nome do PMDB para prestar nossa solidariedade aos funcionários públicos que vêm à rua para mostrar seu grito, e é assim mesmo que faz a democracia: uma andorinha sozinha não faz verão, é preciso se aglutinar, é preciso sair à rua, é preciso gritar para que os direitos sejam todos eles alcançados, com luta, garra e determinação.

Parabéns e continuem assim porque este é o caminho!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, pela Liderança do PFL, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Excelentíssimo senhor presidente, nobres Pares deputados.

Recebi, pela manhã, uma comissão de professores, quando tratava justamente do relatório final que estamos preparando como Relator do Orçamento, para o ano de 2001. Os professores estavam acompanhados do ilustre líder Caíto Quintana e, havia uma questão que, efetivamente, todos os professores do Paraná têm a preocupação com seus ganhos, seus rendimentos, com o achatamento salarial que existe no País ao longo dos últimos anos.

Preocupados com a necessidade de termos no Orçamento alguma previsão específica para o reajuste salarial, o aumento salarial dos senhores professores, trago alguns números, esta tarde, do governo do Estado do Paraná, no exercício realizado, ou seja, a despesa realizada ao longo dos últimos anos: em 1996, o governo do Estado do Paraná gastou, efetivamente, com pessoal e encargos sociais, a importância de dois bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões e algumas unidades. Gastou no ano de 1997, um total de dois bilhões, novecentos e noventa e oito milhões, oitocentos e oitenta e três mil e algumas unidades, ou seja, houve um acréscimo de gastos com pessoal. Em 1998, gastou com pessoal e encargos sociais, três bilhões, cento e sessenta e três milhões, quatrocentos e quatro mil e mais algumas unidades. Efetivamente gastou em 1999, três bilhões, cento e oitenta milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, mais algumas unidades. Há, inequivocadamente, um crescimento efetivo na Folha de Pagamento do Estado do Paraná, nas despesas de pessoal.

O artigo 9º da proposta orçamentária, só para que ninguém seja induzido a erros em seu raciocínio, como o que aqui nós deputados pudéssemos ter uma solução mirabolante para o problema crucial dos professores e funcionários públicos do Estado do Paraná, o artigo 9º é muito claro e faço questão de transcrever aqui para que ninguém saia daqui com um falso entendimento da realidade legal desta situação. O Poder Legislativo, senhor presidente, ao longo dos anos que o senhor está à frente e ao longo dos anos que o deputado Cezar Silvestri está à frente da Comissão de Orçamento e eu, enquanto Relator do Orçamento, temos procurado preservar as prerrogativas do Poder Legislativo, nunca delegando ao Executivo mais poderes para que ele possa legislar por decreto.

Estamos, ao longo destes anos, forçando até mesmo, que toda e qualquer medida orçamentária que o Executivo tenha a necessidade de fazer, submeta ao Poder Legislativo, o Poder Legislativo aprecia, vota e autoriza, como nós, enquanto Poder Legislativo não podemos obviamente abrir mão de nossas prerrogativas, mas existe uma exceção ela está contida no artigo 9º, e todas as leis orçamentárias que tramitaram nesta Casa, sempre em volta do artigo 9º, onde diz o seguinte, - e eu explicava isto hoje ao deputado Caíto Quintana e àquela comissão que nos visitava, talvez seja a única delegação de poder que o Legislativo ao longo dos últimos anos tem dado com veemência ao Poder Executivo. Por quê? O

Poder Legislativo e também o Poder Executivo não querem e não desejam o atraso na folha de pagamento, o atraso de pagamento dos servidores estaduais - esta delegação diz o seguinte: "abrir créditos adicionais para atender despesas com pessoal e encargos sociais, o pagamento da dívida pública e com as transferências constitucionais aos municípios que efetivamente são os 25% que fazem parte, que têm direitos todos os municípios do Estado do Paraná".

Então, esta delegação, o Poder Legislativo, deputado Cezar Silvestri, faz questão de dar ao Poder Executivo para que tantas e quantas vezes tenha o Executivo a necessidade de suplementar o Orçamento por decreto ele possa fazer. Não precisa aqui se ter uma dotação específica, porque muito bem colocou aqui o deputado Caíto Quintana, não se abre uma dotação específica no Orçamento para pagar o celetista do Estado, para pagar os professores, para pagar os advogados, outra para pagar os engenheiros. No Orçamento a despesa com pessoal e encargos é global, razão pela qual em nome da verdade faço estes esclarecimentos aos deputados e ao Plenário desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSDB. Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERRERIA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, funcionários estaduais que hoje visitam esta Assembléia e com certeza acompanham com apreensão e atenção os trabalhos que aqui realizam, com certeza são de interesse de toda a sociedade paranaense.

Senhor presidente, ontem quando usamos da tribuna e questionávamos junto com outros companheiros deputados desta Casa a indicação e nomeação pelo senhor governador do Estado de dois auditores direto ao Tribunal de Contas, dizíamos que apresentaríamos um projeto de resolução sustando a indicação destes senhores indicados. O Regimento da Casa, através do artigo 28, permite que o parlamentares encaminhem à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e é nestes termos, senhor presidente, ou da própria Mesa Executiva que estamos encaminhando um anteprojeto de resolução, de um decreto legislativo, quero dizer, sustando a indicação desses dois senhores. Por quê? Porque não cumprem com o que reza o artigo 54, inciso 17, da Constituição do Estado em que diz que compete privativamente à Assembléia Legislativa, inciso 19º aprovar previamente por voto secreto, após arguição pública a escolha: a) de conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná indicados pelo senhor governador.

Então, é em função deste artigo e em respeito a esta Casa e em cumprimento à Constituição do nosso Estado, é que apresente este requerimento à Comissão de

Constituição e Justiça, via Mesa Executiva, juntamente com a assinatura de mais outros companheiros deputados, inclusive toda a Bancada do PSDB na Assembléia Legislativa.

Senhor presidente, pela manhã fomos visitados por funcionários da nossa Universidade Estadual de Londrina, sei que tem outras universidades, outros órgãos de governo nesta Casa representado, e iam buscar o quê? Iam buscar apoio desta Casa no sentido de fazer constar na Lei de Orçamento para 2001 recursos que pudessem não aumentar os seus salários, mas simplesmente possibilitar a correção de salário já defasados a mais de cinco anos, na ordem de 47,9.

É com justiça, e é com certeza com esta mesma preocupação de justiça que a Câmara, a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Orçamento, fará toda a análise e todo o cuidado para que possa ser inserida no nosso orçamento recursos, ou parte desses recursos para que possam, no decorrer do ano de 2001, receber aumentos.

E por que já tomam consciência os funcionários públicos? Própria edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige que esteja no orçamento, e que para que o aumento pretendido no ano de 2001 já lá se conste no orçamento.

É a nova concepção, é a nova visão, desde o poder público ao próprio cidadão, ao próprio funcionário público, que já começa a entender que a lei veio efetivamente para colocar o governo nos trilhos, porque é impossível ver um governo que há seis anos não concede aumento aos nossos funcionários públicos, mas dissipa os bens quando vende, quando permite que vá a leilão uma instituição como o Banestado. É impossível, é incompreensível quando o governo vende, e hoje está para perder o controle acionário da Copel sem ter feito uma grande obra, a não ser praças de pedágio e aumento a ser dado há mais de cinco anos aos nossos funcionários.

É por isso, senhores deputados, senhor presidente, que vejo a manifestação nesta Casa, como senso de responsabilidade, sabendo das dificuldades que passa o Poder Público, mas também entendo que ser levado em conta as necessidades do funcionalismo, especialmente daqueles que nos visitaram hoje, em que o piso é 182 reais. É impossível viver com um salário de R\$182,00. Não é à toa que esse piso salarial levou alguns pais de família, alguns não, mas dois, atentarem contra a própria vida dentro do Campus da Universidade Estadual de Londrina. Por quê? Pelas condições sub-humanas a que são submetidos os funcionários públicos via a remuneração dos seus salários.

Ora, se temos, - como fez o governo no início, - aprovou a lei de 454 funcionários comissionados, salários que não são de 182,00 reais, mas é de cinco, seis mil reais, e hoje não encontra recursos para pelo menos acenar num correção dentro de um prazo a esses nossos funcionários. Evidentemente que a Assembléia estará, ou

parte da Assembléia estará junto aos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PTB.

(**Declina**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Em nome da Bancada de Oposição, nesta Casa constituída até a presente data, de quatorze senhores deputados, inicialmente, quero manifestar a nossa posição favorável e diria entusiasta, com relação do Projeto 09/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que já foi objeto de manifestações nossa, na semana passada e que institui o programa estadual de incentivo à cultura, criando o Conselho Estadual do Desenvolvimento Cultural e dá outras providências.

(**Aplausos**)

A Bancada da Oposição, tenho certeza, estará 100%, junto com o deputado Ângelo Vanhoni e tenho convicção absoluta, que não será apenas a posição da Bancada de Oposição, mas também da Bancada de Governo, que estará também, tenho certeza, 100% votando a favor dessa proposta do deputado Ângelo Vanhoni - que teve um projeto seu aprovado, quando vereador, em Curitiba, instituindo os incentivos à cultura, para os municípios e que, agora, depois de muitos e muitos anos lutando, estabeleceu conversações com toda esta Casa, a sua presidência, as comissões permanentes e lideranças.

Para, nós, que integramos e lideramos a Bancada de Oposição é uma satisfação ver, realmente, culminando-se de êxito um trabalho idealizado e conduzido pelo nosso companheiro, como é, o deputado Ângelo Vanhoni.

Tenham a certeza, os amigos e amigas, aqui, presentes, ligados ao setor cultural, que estaremos empenhados para que esse projeto seja aprovado ainda essa semana, para que possa valer com toda a força e vigor, na plenitude daquilo que se busca para o ano que vem.

Quero dizer aos companheiros servidores, que aqui estão presentes, que a Bancada de Oposição, procurada que foi, inicialmente pelo professor Romeu Miranda, da APP, e na sequência, pelo João Batista e pelo Luiz Gonzaga, do Sindijus, integrantes do Fórum das Entidades Sindicais - desde o momento em que fomos procurados por essas três pessoas, iniciamos o nosso trabalho, para que pudéssemos dar sequência a uma vontade e a uma aspiração dos servidores deste Estado, com relação ao reajuste dos seus salários, para o ano que vem.

Naquela oportunidade, entendeu-se que a nossa assessoria da liderança das Oposições, integrada por assessores, não só do PMDB, do PT, mas também do

PDT e da assessoria do deputado José Maria, do PSDB, que juntos elaboráramos uma proposta de emenda ao Orçamento. E ela foi elaborada, protocolada e versa da seguinte forma: “Inclua-se novo artigo, na sessão 7ª do projeto de lei que trata da questão orçamentária, para o ano que vem. Fica o Poder Executivo, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, obrigado a tomar medidas necessárias, para recompor perdas salariais do funcionalismo público estadual, cujo índice das perdas acumuladas, entre agosto de 95 a outubro de 2000 é de 47,9. Sala das Sessões”. Essa emenda vai assinada por diversos parlamentares, na sua totalidade ou grande maioria integrantes da Bancada de Oposição.

Essa emenda, como disse, foi protocolada e estamos, a exemplo, do que fez hoje o deputado Caíto Quintana, com os integrantes do Fórum de Entidades Sindicais. Estamos conversando, como fizemos, ontem, com o deputado Durval Amaral, que é relator da proposta orçamentária, para o ano que vem, no sentido de que ele mesmo existindo os mecanismos que permitem a suplementação, o remanejamento orçamentário, para atender despesas com pessoal.

Mas sabendo mesmo esses mecanismos existindo e não sendo utilizados para o governo, em uma proposta de ajuste salarial, foi que apresentamos essa emenda e que esperamos, como esperam os integrantes do Fórum de Entidades Sindicais, como esperam todos os servidores públicos deste Estado que esta emenda possa ser acolhida no relatório que está sendo produzido, na Comissão de Orçamento, que possa ele constar do Substitutivo Geral que será apresentado ainda esta semana, pelo deputado Durval Amaral. E que todos, a exemplo do que vamos fazer com relação ao incentivo cultural, que todos, deputados de Oposição e Situação, possamos incluir na proposta orçamentária este dispositivo que torna obrigatório as medidas para recomposição das perdas salariais, dos servidores.

Esta é a expectativa que temos, senhores servidores que aqui estão, prezados companheiros de sindicatos e federação dos setores de transporte e da agricultura do Paraná, aqui presentes, vejo aqui o meu amigo, doutor Rui Chicella, vejo ali o Walmor Weiss, que estão aqui também esperando de nós, deputados estaduais da Oposição e da Situação, que façamos todo o esforço necessário para impedir um outro tipo de aumento que os transportadores querem, não é o aumento que os proprietários de veículos e que nenhum cidadão quer, que é o aumento que o governador pretende dar ao IPVA, já que mandou uma proposta, diminuindo o desconto e reduzindo o número de parcelas.

Vamos então, senhores deputados, da Oposição e da Situação, nos irmarmos para que possamos avançar ainda mais do que já avançamos em nossas conversações, para que possamos, para o ano de 2001 dar um número de parcelas maior do que aquele que foi dado neste ano de 2000, para que o contribuinte, já sobrecarr-

egado, para que o servidor público, sem aumento de salário, possa cumprir a sua parte, pagando com tranquilidade e com condições que lhe permitam pagar o imposto de propriedade do seu veículo. Façamos este esforço porque é isso que esperam de todos aquele que aqui estão, os ligados a área cultural que aprovamos o projeto do deputado Vanhoni, os servidores que buscam o seu ajuste salarial, os transportadores e proprietários de veículos que façamos todo o esforço para que se reduza a carga tributária em cima daqueles que possuem um ou mais veículos.

Era isso, senhor presidente, senhores deputados, nobres e dignos visitantes, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Antes da votação da Ordem do Dia concederemos a palavra ao professor Romeu, que representa as entidades aqui presentes, para que possa fazer uso da tribuna pelo prazo de 10 minutos.

O PROFESSOR ROMEU

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros e companheiras servidores de todo o Estado do Paraná: hoje aqui há uma representação de muitos municípios de todo o Estado. Viemos em missão de paz porque estamos cansados de conviver com uma guerra diária de nossas próprias casas, uma guerra diária dentro do nosso trabalho pela sobrevivência.

Imaginem os senhores, um Estado sem justiça, sem saúde, sem segurança, sem educação, sem cuidados com o meio ambiente, ou imaginem, educação, segurança, escola, só para quem tiver uma boa conta bancária. Já imaginaram? Seria uma selva onde só sobreviveriam os mais fortes, e este exercício de imaginação não está apenas na imaginação, não está longe de nós.

Vivemos hoje uma sociedade com medo, uma sociedade sem estes serviços, que alguns anos atrás seria apenas um exercício de imaginação, hoje é uma realidade concreta, e é assim que estamos ficando e é assim que estamos vivendo, porque o servidor público sofre e vive dias de amargura, porque acaba sendo o responsável pelo mal atendimento, muitas vezes e pelas más condições de trabalho, acaba sendo ele o responsável, e não o Estado, e não o governo do Estado, acaba sendo o responsável dentro de casa por não ter o mínimo de condições para sua família.

Os servidores, e todos os servidores vivem uma tragédia social porque são cobrados pela população, que há muito tempo vê os serviços públicos sendo degradados, e vive uma tragédia pessoal, pois vêem suas famílias passar dificuldades de toda sorte, e ainda por cima não exerçam perspectivas de progressão na carreira.

A cada dia, os servidores públicos aumentam esta tragédia pessoal, a cada dia compram menos remédio, menos calçado, menos pão, menos leite, menos vida.

Vejam o desempenho da inflação nesse período menor porque tenho aqui dados da inflação de 96 até hoje, mas a nossa defasagem é desde agosto de 95.

Nesse período de 96 até hoje, até o mês passado, a energia elétrica subiu 254%; o telefone, 161%; o combustível, 409%; correios, 323%; água e esgotos, 202% e o nosso salário 0% (zero).

Então, senhores, é uma pura operação aritmética simples. Não estamos aqui hoje pedindo que chova maná, e corra mel nos rios das nossas vidas.

Queremos apenas a reposição do que a inflação já corroeu, é como se pegássemos o nosso salário na caixa do ex-Banco do Estado e ali mesmo tocássemos fogo na metade do nosso salário, e saíssemos dali com a metade para tentar pagar água, luz, transporte, escola, livros, energia elétrica e tudo que diz respeito à nossa sobrevivência, além disso temos saúde.

Centenas de nós morremos como mosca sem nenhum atendimento porque o governo do Estado desmantelou o IPE, e não pôs nada em seu lugar e nós servidores morremos à míngua, e o governo hesita em apresentar alguma alternativa de um sistema de saúde, apesar das promessas apesar das promessas, de que o nosso pessoal do Quadro Geral, o pessoal mais sofrido como já disse aqui o deputado que me antecedeu. Esses companheiros do Quadro Geral não tiveram nenhum centavo de reajuste em todo o governo Lerner, mas promessas todo ano são renovadas. Mas essas promessas ficam nas palavras, e palavras o vento leva.

Esses servidores de todas as secretarias, ao invés dos 42% prometidos em 95, 96, 97, 98 e 99, sabem o que esses nossos companheiros de infortúnio tiveram? Uma cesta básica, um vale-alimentação de 30 reais, depois elevado, no período da nossa greve, para 50 reais, e ficou nisso.

Olha, esse dinheiro não dá para alimentar um cão durante um mês, quanto menos um servidor e sua família, ou pelo menos o servidor no seu dia-a-dia.

No que diz respeito aos professores e funcionários, as promessas foram maiores, como hora-atividade, concurso público ainda em 2000, eleição de diretores... O que vemos? Vemos que essas promessas não se efetivaram. A greve foi suspensa em confiança àquelas promessas do governo, assinada por quatro secretários de Estado e nenhuma das promessas efetivas para a Educação foram cumpridas.

Das eleições então prometidas e tão almejadas e conquistadas duramente, ao tempo ainda do governo Richa, fruto de uma greve de 1982, que se transformou nessa mesma Casa, na Lei nº 7961/84, de autoria do deputado federal Rubens Bueno.

Aquela lei que restabeleceu e trouxe a democracia para as nossas vidas, hoje ela é substituída por um vergonhoso colégio eleitoral que lembra os tempos da ditadura militar. Um colégio eleitoral aonde o próprio governo tem assento para indicar quem será o diretor da escola é uma excrecência que não podemos aceitar.

Basta ver que um dos pré-requisitos para o candidato ser analisado por esse colégio eleitoral, que se arvora no direito de substituir milhares de pais, milhares de alunos, centenas de funcionários, centenas de professores. Para chegar a esse colégio eleitoral o candidato não pode ter sequer uma advertência nos últimos dois anos.

Ora, isto é uma artimanha para alijar quem o governo não quiser, porque basta forjar uma advertência hoje, e amanhã é a inscrição e ele está fora. Inverte-se, o primado circular da Justiça, de que “todos são inocentes, até que se prove o contrário”.

Aqui não, para a secretária Saliba, que nós pensamos que já tinha ido embora para Minas Gerais e deixado esse Paraná em paz. Para ela, a secretária Saliba, que reedita o famigerado colégio eleitoral da ditadura militar: “todos são culpados até que se prove a inocência”.

Por isso tudo, estamos aqui hoje, pedindo aos deputados que examinem com carinho a nossa proposição. Se o governador é surdo aos nossos clamores, que os deputados que são os representantes do povo e são os nossos representantes, olhem com os olhos da consciência, não com os olhos do vínculo que tenham com o governador e aprovem a emenda que nós, servidores públicos, estamos apresentando através do deputado Pessuti, que tão prontamente se colocou à disposição, não para colher, pura e simplesmente o que nós quiséssemos, mas ele queria - e tivemos várias sessões para entender se havia ou não justiça na proposta, e só depois de estar convencido de que a proposta era viável, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e era viável dentro das possibilidades reais, é que o deputado assumiu a proposta e já apresentou e para a qual estamos pedindo o apoio de todos os deputados.

Por isso estamos aqui, todos, de várias regiões do Estado, e tenho certeza que cada professor, funcionário público que está aqui presente, está de olho no deputado de sua região, para mandar uma mensagem positiva ao seu deputado: “vote nessa emenda”, para que possamos, quem sabe, neste Natal que se aproxima, deixar do lado de fora das nossas casas a dificuldade e o desespero que ronda as nossas famílias e possamos ter a nossa magérrima ceia com um pouco mais de tranquilidade.

Por isso, mais uma vez reafirmo: nossa proposta está dentro dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não ultrapassa o limite dos 49% que o Executivo tem que gastar e está dentro do que cabe no Orçamento, e além do mais, é justa, porque nós só estamos pedindo a reposição daquilo que a inflação nos comeu.

Muito obrigado.

Espero, sinceramente, que tenhamos o apoio de todos os deputados.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 036/2000, subscrita pela senhora Emilia Belinati, governadora do Estado em exercício, encaminhando anteprojeto de lei dispondo a “delimitação do perímetro da Área de Proteção Ambiental-APA do Passaúna, conforme mapa em anexo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A Presidência passa ao conhecimento dos senhores deputados, informação da Diretoria Legislativa da Casa, dando conta que dos 7 projetos que deram entrada na sessão de ontem, cinco tiveram origem das proposições apresentadas pelos alunos que participaram do Evento “Parlamento do Futuro” no dia de 7 de dezembro.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Pela Ordem)

Utilizamos as idéias dos jovens do município de Tibagi que aqui estiveram representando quatro escolas e colégios daquele município e também dos alunos de colégios aqui de Curitiba que estiveram presentes naquela sessão. Tomamos a liberdade e comunicamos a esses alunos de Tibagi que iríamos utilizar esses projetos e as idéias que eles trouxeram, através do projeto de Vossa Senhoria que apresentou e tornou possível uma bela sessão como aquela que assistimos. E utilizamos das boas idéias para que os parlamentares da Casa possam discutir, analisar e ver dos interesses que ele tem em prol do povo paranaense.

Obrigado.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, da mesma forma é oportuno cumprimentar a Vossa Excelência por este projeto parlamentar do futuro. Nós estivemos juntos na sessão, assistimos os debates dos parlamentares do futuro, dos estudantes e eu mesmo me vali de uma idéia dos estudantes para apresentar um projeto de lei na Casa, no dia de ontem, que institui a Matéria Educação Ambiental na Escola Pública do Estado do Paraná. Veio de um estudante de Tibagi e ontem apresentei este Projeto, por isso, naquele dia disse ao presidente Nelson Justus: por este projeto só acho que será um exemplo nacional. Foi uma coisa maravilhosa e a preocupação dos jovens estudantes ficou bem clara: é meio ambiente, educação e

saúde. Esses temas foram temas abordados, os debates dos estudantes foram admiráveis, com uma visão macro da sociedade muito grande. Isto nos conforta e nos dá, mais uma vez, a oportunidade de cumprimentar a Vossa Excelência por uma idéia tão inteligente e tão interessante para o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que obriga o concursado a cargo público a apresentar sua declaração de renda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DE PLÊNARIO, PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, criando o Conselho de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiado nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 009/99

Art. 1º - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, nos termos do parágrafo único e *caput* do artigo 190 da Constituição Estadual.

Seção I Dos Objetivos

Art. 2º - O Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, tem como objetivos fundamentais:

I - facilitar à comunidade o acesso aos bens artísticos e culturais, dos quais trata esta lei.

II - incentivar a produção cultural do Estado do Paraná, nas áreas a seguir:

Música, Artes Cênicas, Audiovisuais, Literatura, Artes Visuais, Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural, Folclore, Artesanato e Manifestações Culturais Tradicionais.

§ 1º - Com os recursos emanados do Incentivo Fiscal - Mecenato, promover a difusão cultural, mediante o apoio à produção e à circulação dos bens culturais.

§ 2º - Com os recursos advindos do Fundo Estadual da Cultura, promover a difusão da Cultura através de:

a) apoio à pesquisa; à realização de exposições, festivais, seminários e oficinas;

b) apoio ao aperfeiçoamento de artistas e técnicos das áreas mencionadas no inciso II do artigo 2º desta lei;

c) destinação de recursos financeiros para ajuda de custo aos integrantes da Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, bem como do Conselho Estadual de Cultura, em valores estabelecidos pela Secretaria Estadual de Cultura;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados a exposições públicas;

e) instituição e implantação de “bônus-cultural” e outras iniciativas similares, conforme regulamentação;

f) apoio à reforma e/ou construção de edificações destinadas a fins culturais, e aquisição dos equipamentos que se fizerem necessários;

g) preservação e divulgação do patrimônio histórico cultural, natural e artístico do Estado;

h) apoio à produção de circulação dos bens culturais;

i) apoio à produção e circulação de bens culturais mediante projetos de responsabilidade de órgãos e agências públicas vinculadas à área cultural;

j) apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pelo Conselho Estadual de Cultura.

Art. 3º - Os candidatos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo à Cultura, nas modalidades definidas nesta lei, deverão ter domicílio e residência no Estado do Paraná há pelo menos 02 (dois) anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

Seção II

Dos Recursos

Art. 4º - O Programa Estadual de Incentivo à cultura contratará os seguintes recursos:

I - Na modalidade do Incentivo Fiscal - Mecenato, fica estabelecido o percentual mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita orçada proveniente do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na forma regulada por esta lei.

II - Para o Fundo Estadual de Cultura a Lei Orçamentária Anual destinará recursos como transferências correntes, no valor de até 1,5% (uma vírgula cinco por cento) do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e das seguintes fontes:

a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

b) doações;

c) legados;

d) subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

e) devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa, contemplados com recursos do Fundo Estadual de Cultura e do Incentivo Fiscal - Mecenato;

f) saldos de exercícios anteriores;

g) recursos de outras fontes.

Art. 5º - Os benefícios da presente lei serão concedidos à pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado do Paraná.

§ 1º - O empreendedor do projeto cultural que se reporte às áreas com profissões regulamentadas, deverá ser pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos.

§ 2º - Nos projetos afetos às áreas com profissões regulamentadas, havendo no orçamento proposta de remuneração para funções artísticas ou técnicas, necessárias à sua realização, o empreendedor estará sujeito às determinações expressas na legislação vigente pertinente a tais áreas culturais.

§ 3º - O decreto regulamentador apontará as profissões regulamentadas por lei.

Seção III

Do Incentivo Fiscal - Mecenato

Art. 6º - O Incentivo Fiscal de que trata esta Lei corresponde à dedução fiscal no pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, a Resolução do Poder Executivo atribuirá o valor de cada incidência do tributo, por parte do contribuinte do Estado do Paraná, através do Mecenato Subsidiado.

§ 1º - Mecenato Subsidiado: a transferência gratuita de recursos pelo incentivador ao empreendedor para a realização de projeto cultural, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional.

§ 2º - Fica proibido a apresentação de quaisquer projetos para as finalidades do mecenato por pessoas físicas no exercício de funções de agente público ou pessoa jurídica vinculada, direta ou indiretamente, à administração pública.

Art. 7º - O valor incentivável de cada projeto de Mecenato será de até 100% (cem por cento) do total orçado no mesmo.

Art. 8º - Para efeito desta lei, considera-se:

I - Empreendedor: pessoa física ou jurídica domiciliada e residente no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, diretamente responsável por projeto cultural beneficiado pelo Incentivo Fiscal, de que trata a presente lei;

II - O Incentivador: pessoa física ou jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do Estado do Paraná, que transfira

recursos, através de Mecenato Subsidiado, para a realização de projeto cultural beneficiado pelo incentivo fiscal objetivo desta lei.

III - Administrador do Projeto: pessoa física ou jurídica, especializada na prestação de serviços culturais, a quem o empreendedor delegar responsabilidades pelo planejamento, controle e organização do projeto cultural ou ainda a aquisição de serviços e materiais necessários à sua realização, respondendo solidariamente por todas as obrigações do empreendedor.

IV - entende-se, ainda, por:

a) Certificado de Aprovação: o documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, representativo da análise orçamentária e enquadramento do projeto cultural, com exame de mérito, pela Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, nos termos desta lei, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

b) Certificado de Incentivo: o documento emitido pelo Poder Público estadual até o valor do incentivo concedido a cada projeto e limitado ao valor global fixado a cada ano, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos, de acordo com o previsto no Certificado de Aprovação, conforme regulamentação.

Art. 9º - A Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural compor-se-á de sete (07) câmaras setoriais, autônomas entre si e com caráter deliberativo dos projetos da área representada, sendo cada Câmara composta por dois (02) representantes eleitos diretamente pela comunidade cultural e de um (01) representante indicado pelo Estado do Paraná.

§ 1º - As sete (07) Câmaras Setoriais são assim definidas e compostas:

I - Câmara Especializada da área de Música;

II - Câmara Especializada da área de Artes Cênicas;

III - Câmara Especializada da área de Literatura;

V - Câmara Especializada da área de Artes Visuais;

VI - Câmara Especializada da área de Patrimônio Histórico, Artístico e cultural;

VII - Câmara Especializada da área de Folclore, Artesanato e Manifestações Culturais Tradicionais.

§ 2º - As Câmaras Setoriais julgarão, conforme a área de sua competência, os projetos apresentados, emitindo parecer conclusivo e capacitando a emissão dos Certificados de Enquadramento pela secretaria de Estado da Cultura, na forma a ser definida em regulamentação.

§ 3º - À comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, fica atribuído caráter recursal de definição do regimento interno, bem como competência para resolução de casos omissos, nos termos desta lei e da regulamentação da mesma devendo reunir-se, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 10 - Os representantes da Comunidade Cultural, são eleitos para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural diretamente pelas entidades da sociedade civil representativas de todas as categorias e setores vinculados à produção cultural, em assembleia geral anual especialmente convocada pela Secretaria de Estado da Cultura.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Cultura cobrirá anualmente procedimento de cadastro de entidades ligadas à área da cultura, mediante edital publicado em três periódicos de circulação estadual onde reste definido o prazo de cadastramento com no mínimo 60 dias de antecedência da Assembleia Geral definida no *caput* do presente artigo.

§ 2º - Após findo o prazo de cadastramento, a Secretaria de Estado da Cultura fará publicar a lista das entidades cadastradas legitimadas a participar da assembleia geral referida no *caput* deste artigo.

§ 3º - A Assembleia Geral Anual das entidades culturais do Estado do Paraná será convocada, no mínimo nos 30 dias antecedentes ao fim do mandato dos representantes eleitos para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 11 - Será assegurado aos representantes eleitos para a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural contraprestação pecuniária indenizatória do período destinado ao exercício das tarefas da comissão, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 12 - Na análise dos projetos apresentados para obtenção dos recursos do Incentivo Fiscal, serão observados, necessariamente, os seguintes critérios:

a) o currículo do empreendedor;

b) a dimensão do projeto;

c) adequação orçamentária do projeto;

d) a reciprocidade oferecida.

Parágrafo Único - Na regulamentação desta lei, definir-se-ão, por área, os critérios que embasarão a análise dos projetos culturais.

Art. 13 - Os membros da Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, terão mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, sendo vedado durante o período do mandato, a apresentação, direta ou indiretamente, de projetos, assim como a sua participação na qualidade de prestador de serviços.

Art. 14 - O limite máximo de incentivo a ser concedido a cada projeto fixa fixado em 100.000 UFIRs (cem mil unidades fiscais de referência).

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda, somente emitirá os Certificados de Incentivo após a aprovação da prestação de contas do projeto anterior do mesmo empreendedor.

Art. 15 - Para obtenção dos benefícios do mecenato, o empreendedor deverá protocolizar junto à Secretaria de Estado da Cultura, somente 02 (dois) projetos por ano, anexando a documentação estabelecida na regulamentação da presente lei, explicitando os objetivos, os recursos humanos e financeiros envolvidos, para fins de fixação do valor de incentivo e posterior fiscalização.

§ 1º - Somente será permitida a execução de 01 (um) projeto por empreendedor por ano.

§ 2º - Fica vedada a substituição do empreendedor exceto em caso de seu falecimento.

Art. 16 - é vedada a apresentação de projeto por empreendedor que esteja inadimplente em face de projetos executados com base em leis de incentivo à cultura federal, estadual e municipal.

Art. 17 - O empreendedor deverá comunicar finalmente, à Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, no caso de haver protocolizado o mesmo projeto junto a quaisquer leis municipais ou federais de incentivo à cultura, apontando os itens pretendidos para tais benefícios assim como os recursos orçados, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 18 - Aprovado o projeto, o Poder Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do Incentivo Fiscal.

Parágrafo Único - Os projetos culturais poderão ser incentivados parcialmente, mediante prévia consulta da Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural ao seu empreendedor e sua aquiescência indispensável e expressa.

Art. 19 - Os certificados mencionados no inciso III, alíneas “a” e “b” do artigo 8º - desta lei, terão prazo de validade para utilização de 24 (vinte e quatro) meses e 30 (trinta) dias, respectivamente para efeitos de captação dos recursos, a contar de sua expedição.

Art. 20 - Fica o empreendedor obrigado a comprovar a completa realização do projeto no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da emissão do Certificado de Aprovação e a adequada aplicação dos recursos através de prestação de contas até 30 (trinta) dias após o término do projeto ou do prazo final do referido certificado.

Art. 21 - As prestações de contas serão remetidas à Secretaria de Estado da Cultura, com posterior encaminhamento à Secretaria de Estado das Finanças, para análise e deliberação final de aprovação das mesmas na forma da regulamentação desta lei, sempre assegurado o respeito ao devido processo legal.

Parágrafo único - A Secretaria de Estado da Cultura terá prazo máximo de trinta dias, após a apresentação

de prestação de contas, para promover diligências e apresentar seu parecer sobre a mesma.

Art. 22 - O empreendedor terá prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência, para responder diligência ou recorrer do parecer emitido.

Art. 23 - A Secretaria de Estado da Cultura, não se manifestando no prazo de 60 (sessenta) dias sobre a prestação de contas regularmente recebida, o empreendedor terá assegurado o direito de recebimento do certificado de aprovação ou de incentivo de novo projeto protocolizado e aprovado.

Art. 24 - Além das sanções penais cabíveis e da devolução dos recursos incentivados já captados, será multado pela Secretaria de Estado da Cultura em 10% (dez por cento) do valor integral do projeto, o empreendedor que:

I - não comprovar a correta aplicação desta lei, por dolo, desvio dos objetivos ou dos recursos;

II - não realizar o projeto cênico após o prazo concedido no Certificado de Aprovação;

III - não prestar contas, em até 30 (trinta) dias após a realização do projeto, ou ter expirado o prazo do Certificado de Aprovação.

§ 1º - O empreendedor, pessoa física ou jurídica, que incidir nos incisos I, II e III do artigo 25, ficará impossibilitado em protocolizar novos projetos, ou mesmo participar como prestador de serviços em projetos de outros empreendedores, até a devida regularização das causas do impedimento.

§ 2º - Da decisão caberá recursos à Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 25 - O empreendedor que não apresentar informações solicitadas pela Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá sofrer as seguintes sanções aplicáveis pela Secretaria de Estado da Cultura, assegurado ao mesmo ampla defesa:

I - advertência;

II - multa fixada em 1% (hum por cento) sobre o valor do projeto;

III - suspensão do projeto cultural e impedimento de protocolizar novos projetos em caso de reincidência.

Parágrafo Único - Após o recebimento da advertência o interessado terá prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar sua defesa e a Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural 15 (quinze) dias para dar seu parecer.

Art. 26 - Se apurado, no processo correspondente, que o incentivador concorreu para fraudar a regular aplicação de recursos, será também responsabilizado, sujeitando-se às penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo das combinações decorrentes de fraude ao erário público.

Art. 27 - As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta lei, serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Estado do Paraná, devendo constar a divulgação do apoio institucional do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 28 - Caberá à Secretaria de Estado da Cultura decidir pela aplicação das penalidades previstas nesta lei, bem como acionar a Procuradoria Geral do Estado do Paraná, para aplicação das sanções judiciais cabíveis.

Art. 29 - Competirá à Secretaria de Estado da Cultura a fiscalização do exato cumprimento das obrigações e pelo incentivador dos projetos culturais beneficiados, nos termos desta lei.

Sessão IV

Do Fundo Estadual de Cultura

Art. 30 - O Fundo Estadual de Cultura, constituído pela transferência de recurso conforme previsto no inciso II do art. 4º da presente lei, será administrado pelo Conselho Estadual de Cultura, na forma desta lei.

Art. 31 - Anualmente a Secretaria de Estado da Cultura publicará edital, em três periódicos de circulação em todo o Estado do Paraná, informando os requisitos para apresentação de projetos culturais a serem patrocinados pelo Fundo Estadual de Cultura, tudo na forma a ser definida na regulamentação da presente lei.

§ 1º - Após o recebimento de projetos, serão os mesmos apreciados preliminarmente pela Secretaria de Estado da Cultura, que recusará os projetos que não atendam às finalidades previstas pelo art. 2º da presente lei, assegurado ao proponente do projeto recurso ao Conselho Estadual de Cultura.

§ 2º - Recebido o projeto pela Secretaria de Estado da Cultura, será o mesmo remetido para apreciação, com análise de mérito, do Conselho Estadual da Cultura, observando-se necessariamente, os seguintes critérios:

- a) o currículo do empreendedor;
- b) a dimensão do projeto;
- c) adequação orçamentária do projeto;
- d) a reciprocidade oferecida.

§ 3º - Na regulamentação desta lei, definir-se-ão, por área, os critérios que embasarão a análise dos projetos culturais.

§ 4º - Os membros do Conselho Estadual da Cultura, responsáveis pela análise dos projetos protocolizados para o fundo Estadual da Cultura, durante o período do mandato, não poderão apresentar direta ou indiretamente projetos, assim como está vedada a participação dos mesmos, na qualidade de prestador de serviços.

§ 5º - Aprovado o projeto, compete à Secretaria de Estado da cultura, autorizar e fiscalizar o repasse dos

recursos e a execução dos projetos, sob a forma de patrocínio direto, nos termos da legislação pertinente.

Art. 32 - O valor máximo para patrocínio de projetos apresentados ao Fundo Estadual de cultura, fica fixado em 500.000 UFIR's (quinhentas mil unidades de referência).

Parágrafo Único - É possível o patrocínio parcial de projetos, a pedido do proponente ou por decisão do Conselho Estadual de Cultura, assegurado, neste último caso, ciência ao proponente e sua expressa concordância.

Art. 33 - Podem apresentar projetos para patrocínio do Fundo Estadual de Cultura, quaisquer pessoas físicas ou jurídicas em dia com suas obrigações fiscais, bem como fundações, autarquias e órgãos da administração pública ou indireta estadual e municipal, desde que vinculados à produção cultural.

§ 1º - O empreendedor poderá protocolizar até 02 (dois) projetos por edital, sendo permitida tão somente a execução de 01 (um) projeto a cada ano, sendo que proponente deverá optar pela realização de somente 01 (hum) projeto nos casos em que os dois projetos apresentados venham a ser aprovados.

§ 2º - Os órgãos da administração pública, direta ou indireta, poderão protocolar 01 (hum) projeto por área de edital anual, conforme nominadas no inciso II do art. 2º desta lei, considerando-se ainda os desdobramentos, das mesmas áreas, a serem definidos na regulamentação da presente lei.

Art. 34 - No caso de projetos apresentados por quaisquer entes da administração pública direta ou indireta, o repasse de recursos se dará sob a forma de convênio, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, e na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 35 - Será assegurada a eleição de 01 (hum) representante titular e 01 (hum) suplente, por área, para o Conselho Estadual de Cultura, mediante eleição direta na mesma Assembleia Geral Anual convocada para as finalidades do mecenato, garantida a participação das entidades culturais cadastradas.

Parágrafo Único - Será assegurada aos membros do Conselho Estadual de Cultura contraprestação pecuniária indenizatória do período destinado ao exercício das tarefas do Conselho, na forma da regulamentação da presente lei.

Art. 36 - É obrigatório ao proponente com projeto patrocinado pelo Fundo Estadual de Cultura, a divulgação institucional do patrocínio, na forma estabelecida pela regulamentação desta lei.

Art. 37 - Trimestralmente a Secretaria de Estado da Cultura publicará a relação de projetos patrocinados pelo Fundo Estadual de Cultura, em pelo menos dois jornais de circulação estadual, sendo obrigatória a divulgação do nome do proponente contemplado e o valor do patrocínio deferido.

Seção V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 38 - O secretário de Estado da Cultura, designará uma unidade de sua Pasta para dar apoio à implementação do Programa Estadual de Incentivo à Cultura.

Art. 39 - As despesas resultantes da aplicação desta lei, correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplantadas quando necessárias.

Art. 40 - A Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, deverão promover ampla divulgação dos objetivos e dos termos na presente lei.

Art. 41 - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência, sendo assegurada a participação de representantes das entidades culturais na elaboração do decreto regulamentador.

Art. 42 - Após 60 (sessenta) dias da edição do decreto regulamentador da presente lei, a Secretaria de Estado da Cultura fará convocação das entidades culturais do Paraná, cadastradas, de conformidade com esta lei, para a assembléia geral de indicação dos representantes das áreas culturais (inciso II do art. 2º desta lei), na Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural e no Conselho Estadual de Cultura.

Art. 43 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Moysés Leônidas, Péricles Mello, Orlando Pessuti.

Em votação o projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Sejam bem-vindos os professores e funcionários públicos do Estado do Paraná, os representantes do setor da cultura de várias cidades que estão aqui, hoje, do Conselho Estadual da Cultura do Estado do Paraná. Representantes de Londrina, Cascavel, Curitiba, Maringá, Irati

e de diversas regiões que militam e produzem cultura no nosso Estado.

Hoje senhor presidente e senhores deputados, estamos talvez resgatando uma dívida do Estado do Paraná com um setor muito importante para o nosso povo. Muitas vezes - com raríssimas exceções - a Assembléia Legislativa teve a oportunidade de discutir um problema que é importante para o nosso povo. Quase que, tradicionalmente, tendemos a enxergar como importantes as questões econômicas do Estado, muitas vezes uma ponte, muitas vezes uma estrada que precisa ser recuperada, os problemas relativos ao meio ambiente, os problemas relativos aos funcionários públicos do Estado, com raras exceções, nos detemos e damos atenção àquilo que é importante e que esta à primeira vista, pode parecer que não significa muito na história de um povo. Mas quando o tempo passa e quando deixamos de ser exatamente aquilo que a gente é no dia-a-dia, na nossa luta pela sobrevivência e olharmos através da história, e vê aquilo que um povo conseguiu deixar como sua marca coletiva na história da humanidade, vamos destacar principalmente os valores culturais que um povo conseguiu consolidar e construir ao longo da sua história. E fazemos isso. Nós homens, fazemos isso, lutamos pela sobrevivência, mas a sobrevivência apenas não nos basta.

Não nos basta apenas comer, beber, ter uma casa e ter um trabalho, isso é importante, é fundamental na vida humana. Mas, necessitamos de algo mais, o ser humano necessita de algo mais. Somos vocacionados para uma outra dimensão da nossa vida, que é a dimensão dos valores daquilo que chamamos de cultura, é a expressão artística, é a expressão cultural de cada um de nós e de um povo.

E hoje a Assembléia Legislativa tem um papel importante de tentar deixar para o Estado do Paraná um instrumento valioso, que alguns Estados brasileiros já consolidaram. O Estado do Rio Grande do Sul já tem uma legislação que ajuda e fomenta a cultura em cada região, fazendo com aquele povo, desde a sua pequena tradição lá dos pampas, dos seus cantos, dos seus versos, do uso do chimarrão, da bombacha, até a produção do cinema, com a discussão do que é mais moderno, do ponto de vista contemporâneo na indústria do cinema internacional, também é apoiado por uma legislação tanto municipal como estadual no Rio Grande do Sul.

Mas, não é só o Rio Grande do Sul que tem um valor cultural inequívoco para a história do nosso País. Minas Gerais, que também, acho, consolidou aquilo que chamamos de brasileiro, ao longo da nossa história, o Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Ceará. Quer dizer, vários Estados estão percebendo a necessidade de instrumentalizar do ponto de vista do Legislativo, que cada Estado, que cada comunidade possa ter um instrumento para se afirmar, enquanto um povo independente, enquanto um povo, com a sua identidade, do ponto de vista da sua história e dos valores do espírito e da alma.

Então, hoje estamos votando em 2ª discussão e tem um substitutivo, que está sendo apreciado e que entra nessa 2ª discussão, que é um substitutivo de consenso, tanto no setor cultural quanto em algumas áreas do governo do Estado. E digo consenso por quê? Porque a lei que estamos discutindo, é uma lei que trata de renúncia fiscal, é uma lei que diz o seguinte: para cada empresário do Estado do Paraná, seja o empresário lá de Barracão, na ponta do Sudoeste do Estado do Paraná, ou seja lá de Umuarama, ou de Santo Antônio da Platina, da outra ponta, daquela região do Noroeste do nosso Estado, ou seja aqui do litoral, do nosso fandango, ou aqui de Curitiba, onde tem uma produção rica na área de cinema, de áudio, na área de teatro; qualquer região do Estado do Paraná, o empresário que recolher 100 mil reais de ICMS para o Estado do Paraná, ou o setor empresarial que recolher 10 milhões de reais/ano de ICMS para o Estado do Paraná, um percentualzinho desse recolhimento, vai poder destinar isso para ajudar a cultura.

Nós, no primeiro projeto, a tentativa - claro, e é o desejo do setor cultural - era de estipular qual era esse percentual. Mas, entendendo, acho que não é preciso esconder isso de ninguém, o Estado do Paraná atravessa dificuldades financeiras de arrecadação, dificuldades financeiras do ponto de vista do desenvolvimento econômico do nosso Estado. Essa atribuição, esse percentual do que será de cada faixa de empresários, ficará a cargo do Poder Executivo, através do Decreto Regulamentador, estipular de como será e qual o percentual que será realizado através da Lei de Incentivo.

Então, para o setor da cultura, o que é importante, como se trata de uma renúncia fiscal, seja ela pequena, de 500 mil reais, ou seja ela de um milhão de reais durante o ano, ou seja ela de 20 milhões, depende muitas vezes não da vontade política do governante, depende da análise fria dos números da receita, da despesa do Estado do Paraná. O que é importante para o setor cultural é que o governo do Estado e a Assembléia Legislativa dotem a comunidade e a sociedade, sobretudo aqueles que produzem cultura no nosso Estado, de um instrumento capaz de viabilizar este fomento. Porque se a lei não for aprovada este ano, terá qualquer validade - mesmo que seja a menor validade, do ponto de vista financeiro - só para 2002.

E como temos uma experiência das leis municipais e das leis estaduais, já que acontecem em outros Estados, a minha sugestão para a Assembléia Legislativa e a minha sugestão para o governo do Estado é de que aprovem a lei, aprovem este substitutivo, pela seguinte razão: primeiro porque, do ponto de vista financeiro, o governo do Estado vai ter a maleabilidade de saber alocar o quanto de recurso para o ano que vem vai ser possível alocar, diante de suas necessidades. Mas, o mais rico de tudo isso é que uma lei, para funcionar, a nível de Estado, de estimular a cultura a nível estadual, tem uma complexidade tão grande que envolve as regiões do Estado do Paraná, vai envolver as universidades estaduais do

Paraná, o Conselho de Cultura do Estado do Paraná, quer dizer, a realização prática de uma lei.

E o deputado Marcos Isfer foi secretário de Governo, foi vereador comigo, quando aprovamos a Lei Municipal de Cultura, aqui em Curitiba, e que já tem oito anos de vigência, sabe que todo ano, praticamente, reformulações no texto jurídico, no texto legislativo tiveram que ser produzidas. Por quê? Porque não é uma lei simples de realização. E é uma realidade querer mesurar esta realidade, entender os problemas da área da cultura, não é muito fácil para o administrador, para a classe política entender quanto custa um figurino, quanto custa um circuito de teatro que possa ir de Curitiba a Maringá, Londrina, ou estar na cidade de Dois Vizinhos, Pato Branco, Beltrão, enfim, fazer um circuito destes, porque são dinâmicas, são valores que dificilmente temos uma tabela para mesurar.

E aí, há problemas para você ter critérios para realizar uma lei desta complexidade. Por isso que mesmo com poucos recursos, queremos ganhar tempo, porque já estamos atrasados, em relação a outros Estados, nós começamos a envolver o setor cultural, a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, as Secretarias de Cultura dos municípios que já têm leis de incentivo, junto com a Secretaria Nacional, que apóia a arte e a cultura, do Ministério da Cultura, com base na Lei Ruanê (sic), a Lei do Imposto de Renda, nós além de ganharmos tempo, vamos pôr em prática já este ano um instrumento que vai ser muito importante.

Vou conceder apartes, porque alguns deputados têm uma participação muito grande neste projeto. Estamos votando isto em regime de urgência porque o deputado Algaci Tulio e o deputado Beraldin tiveram a clareza e a idéia de subscrever o pedido de regime de urgência, de colocar o projeto ainda em votação nesta semana, porque estamos na última semana para aprovação de uma lei deste porte. Precisamos apressar. E vários outros deputados, desde o começo, quando foi discutida esta lei, sempre estiveram participando e dando apoio para que a Assembléia tivesse uma Lei de Cultura. Como o caso do deputado Marcos Isfer, que já apoiou a Lei de Cultura do município de Curitiba, o deputado Luiz Carlos Zuk também.

Concedo aparte ao deputado Beraldin, e em seguida ao deputado Caíto Quitana.

O SR. BERALDIN

Deputado Vanhoni, quero cumprimentá-lo, e nem é preciso dizer mais da importância da lei. Queria apenas, alertar Vossa Excelência no sentido de que temos que trabalhar de uma forma muito prática, para que a lei seja aprovada aqui na Assembléia Legislativa e a lei seja sancionada e regulamentada e editada no Diário Oficial do Estado, para que ela possa ter validade o ano que vem.

Então, veja, hoje Vossa Excelência apresenta o Substitutivo Geral. Amanhã, ele volta para a Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ. Aprova-se o Substitu-

tivo Geral. Volta aqui e a Casa não tem nenhum problema, aprovará a lei até dia 25 de dezembro. Aí, sugiro a Vossa Excelência que peça talvez, ao deputado Nelson Justus, presidente da Casa, para que o governador decrete de forma rápida e regulamente, também de forma rápida, determine a impressão no Diário Oficial - também de forma rápida - para que ela possa ter validade para o próximo ano.

Muito obrigado e meus cumprimentos!

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Vanhoni, acho que não cabe a nenhum outro parlamentar subir à tribuna hoje, a não ser Vossa Excelência, que tem dado mostras da sua sensibilidade com relação àqueles que fazem a arte e a cultura deste Estado do Paraná.

Nós, na semana passada, juntamente com Vossa Excelência e o deputado Orlando Pessuti e mais alguns parlamentares, fizemos um requerimento para regime de urgência. E, a Assembléia comprometeu-se e hoje está na Ordem do Dia para a 2ª votação.

Quero dizer a Vossa Excelência e aos senhores parlamentares, que talvez hoje tenha sido um momento único nesta Assembléia, em que reunimos aqui as maiores e melhores cabeças da nossa cultura. E, talvez, em nome de uma delas, pediria a este Plenário e a esta Assembléia que está aqui, que tivéssemos a aprovação imediata deste projeto e a tramitação urgente, tão urgente quanto serão as tramitações dos projetos do IPVA e tantas outras mensagens encaminhadas pelo governador a esta Casa, e que terão que ser aprovadas, sancionadas, regulamentadas, ainda neste período.

Poderia aqui, deputado Vanhoni, com sua permissão, citar a presença da Alzeli Basseti; da Berenice Mendes; do Cláudio Ribeiro; Glauco Souza Lobo - carnavalesco; do Grupo Facto; da Associação dos Compositores; os Sátiros, grupo teatral; o Enéas Lur, que é ator; a Regina Vogue, produtora teatral; Sindicato dos Jornalistas do Paraná; Associação de Cinema e Vídeo, Associação dos Produtores de Música Clássicas; Sindicato de Artistas e Técnicos do Paraná; Academia Paranaense de Letras; mas acima de tudo, em nome desta figura extraordinária que chama-se Iara Sarmento, homenagearemos esta sua lei com esta aprovação.

Ela nos dá a honra da sua presença e gostaria que a Iara se levantasse para que todos pudessem ver de perto.

(Aplausos)

E, deputado Vanhoni, ela é tão extraordinária que se coloca popularmente neste Casa e vem aqui trazer seu incentivo.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Acho que precisamos fazer mais uma referência porque é uma das resistências no teatro da nossa cidade e inclusive tem uma casa com seu nome: Lala Schneider.

(Aplausos)

O Sr. Algaci Tulio

Então, deputado Vanhoni, seria também oportuno que a partir do ano que vem, já que não teremos tempo neste período, pudéssemos discutir a tão comentada, a tão mal utilizada TV Educativa do Paraná.

Acho que, no momento em que se fala em transferir-la para o setor de comunicação social do governo - e não importa que governo - não devemos permitir que isso aconteça agora neste governo. E, proponho que para o ano que vem, possamos estudar esta questão da TV Educativa, para que toda esta produção desta gente extraordinária que está aqui, que faz a arte e a cultura do Paraná, possa ter espaço na TV para que não continue vendo ela ser apenas uma reprodutora daquilo que acontece em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando temos aqui nossos grandes artistas.

É um apelo que faço, e desejo ao líder do Governo que libere a bancada para nós aqui, em unanimidade, possamos aprovar esta lei tão importante para a nossa cultura.

(Aplausos)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, senhores deputados, espero que tenhamos a possibilidade de aprovar isto o mais rápido possível, temos ainda três dias, e pelo que o setor cultural, professores, isto não importa apenas para quem produz cultura, para quem está em cima do palco. Os versos que Shakespeare escreveu importam para a humanidade.

Por isso, esta lei importa para nós, deputados, importa para os nossos filhos, importa para as futuras gerações. Esperamos que aprovemos esta lei.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, a Mesa recebe o Substitutivo Geral e, conforme entendimento com os demais deputados, o substitutivo, juntamente com o projeto, vão à CCJ e amanhã já estará em condições de ser aprovado e, fatalmente este projeto deverá ser aprovado com o apoio de todos os deputados.

A discussão está encerrada.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/2000, de autoria do deputado Péricles de Mello e outros, que autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J E C.T.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem, nº 028/2000, que objetiva modificar dispositivo da Lei nº 11.580, de 14 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias Interestaduais de Serviços de Transportes Interestadual e intermunicipal e de Comunicação - ICMS. COM PARECERES DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 30/2000 que altera a redação da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1.995, (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). COM PARECERES DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 13 (treze), de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 399/2000**

Fica acrescido inciso ao artigo 14 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 - ...

VIII - Os veículos automotores novos, adquiridos por pessoas físicas ou jurídicas, diretamente dos distribuidores filiados ao Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado do Paraná, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001, ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incidente sobre a propriedade dos respectivos veículos, relativamente à primeira tributação.

Parágrafo 1º - Para efeito do inciso VIII do presente artigo, a prova da aquisição deve ser feita mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, emitida por estabelecimento revendedor localizado no Estado do Paraná.

Parágrafo 2º - O Tesouro do Estado do Paraná criará mecanismos de compensação financeira aos municípios que teriam participação no IPVA 2001, relativo a primeira tributação, através da arrecadação adicional de ICMS advinda da comercialização de veículos novos por Distribuidores do Estado do Paraná, de que trata o inciso VIII do presente artigo”.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA.

Apoioamento:

Marcos Isfer, Nelson Garcia, Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins, Ricardo Maia e Cesar Seleme.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

Fica alterado o artigo 11 e seu § 3º, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1.995, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 - O IPVA deverá ser pago, na hipótese da alínea “d”, do § 1º, do artigo 2º, atualizado monetariamente, sem juros:

I - em relação a veículos cadastrados no Detran:

a) até o mês de fevereiro - veículos de placas finais 1 e 2;

b) até o mês de março - veículos de placas finais 3 e 4;

c) até o mês de abril - veículos de placas finais 5 e 6;

d) até o mês de maio - veículos de placas finais 7 e 8;

e) até o mês de junho - veículos de placas finais 9 e 0”.

“§ 3º - No caso de pagamento do imposto, em parcela única, até 31 de janeiro de 2.001, será concedida redução de 15% (quinze por cento) do valor devido.”

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Renato Gaúcho, Algaci Tulio, Cezar Silvestri, Luiz Fernandes da Silva Litro, Tiago de Amorim Novaes, Luiz Carlos Alborghetti, Augustinho Zucchi, Tony Garcia, Beraldin, Cesar Seleme, Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA DE PLENÁRIO, Nº 03

O item III do artigo 14 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 -

I -

II -

III - Utilizados no transporte público de passageiros na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, bem como os veículos antigos de coleção, com mais de 25 (vinte e cinco) anos de fabricação de propriedade do Veteran Car Club do Brasil - Club de Automóveis Antigos - Paraná, ou de seus sócios devidamente qualificados.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos justíssima a isenção para os táxis de propriedade exclusivamente de motorista profissional (pessoa física).

O Veteran Car Club do Brasil - Club de Automóveis Antigos - Paraná, fundado em 13 de julho de 1977, com sede e foro na cidade de Curitiba, conforme

seus Estatutos (xerox anexo), é uma sociedade civil, com personalidade.

EMENDA DE PLENÁRIO, Nº 04

Inclua-se onde couber:

Art. ... As pessoas físicas ou jurídicas que adquirirem veículos automotores novos de distribuidores localizados no Estado do Paraná, filiados ao Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado do Paraná, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001, ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos automotores (IPVA) incidente sobre a propriedade dos respectivos veículos, relativamente à primeira tributação.

Art. ... para efeito desta lei, a prova da aquisição deve ser feita mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, emitida por estabelecimento revendedor localizado no Estado do Paraná.

Art. ... O Tesouro do Estado criará mecanismo de compensação financeira aos municípios que teriam participação no IPVA 2001, relativo à primeira tributação, através da arrecadação adicional de ICMS advinda da comercialização de veículos novos por distribuidores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti e Ademir Bier.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 05

Fica adicionada a alteração 5ª no Projeto de Lei nº 399/2000.

Inclua-se onde couber no texto da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995:

Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, os proprietários de táxis, cujo número máximo de veículos não exceda a 2 (dois).

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira e Nereu Moura.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 06

Fica acrescido inciso VIII, ao artigo 14 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1.995, com a seguinte redação:

“Art. 14 ...

VIII - veículos automotores utilitários movidos a gás, fabricados no ano de 1.997 e anteriores a esta data.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) Augustinho Zucchi

Apoioamento:

Ricardo Maia, Geraldo Cartário, Algaci Tulio e Ricardo Chab

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 07

O § 2º, do artigo 11, da Lei nº 11.280, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 05 (cinco) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de outubro, com vencimento até o dia 21 de cada mês, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda”.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

Sérgio Spada, Luiz Carlos Martins, Beraldin, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da Silva Litro.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 08

O § 2º do Artigo 11, da alteração 2ª passa a vigorar com a seguinte redação:

Art...

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 9 (nove) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de outubro, de acordo com o calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Moysés Leônidas, Antonio Annibelli e Caíto Quintana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 09

O § 3º, constante da alteração 2ª, proposta no Projeto de Lei nº 399/2000, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º - Para o pagamento do Imposto, em parcela única será concedida redução de:

a) 20% (vinte por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro de 2001.

b) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de fevereiro de 2001.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) WALDYR PUGLIESI, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANTONIO ANNIBELLI, LUIZ CARLOS ZUK, MOYSÉS LEÔNIDAS, NEREU MOURA, EDGAR BUENO, IRINEU COLOMBO, ORLANDO PESSUTI E CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva estimular diminuir a inadimplência dos contribuintes com este tributo, colaborando desta forma para o aumento do volume arrecadado

com o IPVA, nos primeiros meses do ano, tradicionalmente caracterizados por dificuldades de receitas.

Contribui, ainda, para o equilíbrio financeiro das famílias paranaenses, as quais são pressionadas nos primeiros meses do ano pelo pagamento de encargos tributários que ocorrem neste período, a exemplo do IPTU, Imposto de Renda, além de despesas com instrução de seus dependentes.

Vale lembrar que a renda pessoal das famílias brasileiras não apresentou crescimento real nos últimos anos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 10

Inclua-se a alteração 5ª no Projeto 399/2000:

Art. 13 - O crédito tributário atualizado monetariamente será acrescido de juro de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculado a partir do mês em que expirar o prazo para pagamento.

§ 1º - O não pagamento do imposto na data de seu vencimento não impedirá o parcelamento do mesmo, em número de quotas iguais, com a última vencendo no mês de outubro de 2001.

§ 2º - Os juros de que trata o artigo acima incidirão apenas no período em que ocorreu a inadimplência do contribuinte.

Sala das sessões, em 12.12.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Antonio Annibelli, Moysés Leônidas, Orlando Pessuti, Caíto Quintana.

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 11

A presente Emenda Substitutiva visa alterar a redação original do Projeto de Lei nº 399/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 30/2000, conforme segue:

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O § 5º do artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - Os veículos cujo valor do imposto resultar em montante inferior ao equivalente a 49 Fatores de Conversão e Atualização Monetária - FCA, terão como carga tributária esse valor, tomando-se por referência o FCA do mês do vencimento do imposto, excetuado o disposto no § 8º”.

Alteração 2ª - O inciso I e o § 2º do art. 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro de 2001, nas datas fixadas em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

.....

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 6 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de julho, de acordo com o

calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.”

Alteração 3ª - O artigo 19 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 - Os créditos tributários de exercícios anteriores, decorrentes de IPVA, atualização monetária e multa, serão atualizados até 31 de dezembro de 2000, convertidos em FCA e, reconvertidos em moeda corrente, pelo valor do FCA da data do pagamento.”

Alteração 4ª - Fica renumerado o atual artigo 22 da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, para artigo 23, passando o art. 22 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 - O crédito tributário relativo ao IPVA, lançado de conformidade com a Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, não pago na forma e prazo previstos na legislação, será inscrito em dívida ativa, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.”

Alteração 5ª - Fica acrescentado o inciso VIII ao artigo 14, com a seguinte redação:

“VIII- com mais de 20 anos de fabricação, excetuadas as aeronaves e embarcações.”

Art. 2º - Ficam aprovadas, nos termos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas do valor venal de veículo e do IPVA, calculado em quantidade de FCA, que constituem os Anexos I e II desta lei e vigorarão no ano de 2001.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 12.12.2000.

(aa) MILTINHO PUPIO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, DUÍLIO GENARI, CLEITON KIELSE, HIDEKAZU TAKAYAMA, MARCOS ISFER, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ ACCORSI, NELSON GARCIA, VALDIR ROSSONI, FERNANDO RIBAS CARLI, CEZAR SILVESTRI, DURVAL AMARAL, CARLOS SIMÕES, RICARDO MAIA, ALGACI TULIO, GERALDO CARTÁRIO, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO CARLOS BELINATI, CHICO NOROESTE, ELIO RUSCH, CESAR SELEME, HERMAS BRANDÃO, DIVANIR BRAZ PALMA, TONY GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O presente substitutivo geral tem por objetivo a manutenção dos descontos previsto na Lei nº 11.280/95, conforme redação do § 3º do artigo 11, hoje em vigor.

Portanto, com a supressão da redação modificada do § 3º do artigo 11, proposta na Mensagem (Projeto de Lei 399/2000), prevalece, para pagamento do IPVA no exercício de 2001, conforme redação original da Lei nº 11.280/95, a seguir transcrita:

“Art. 11 -...

§ 3º - Para pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

b) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

c) 05% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso III deste artigo.”

Objetiva ainda o substitutivo, elevar para 6 (seis) o número de parcelas, para pagamento do IPVA, ao contrário das 3 parcelas pretendidas na Mensagem Governamental.

Por fim, com a introdução de mais uma alteração da Lei 11.280/95, acrescenta-se o inciso VIII ao artigo 14 da referida lei, para efeito de isentar do pagamento do IPVA os veículos com mais de 20 anos de fabricação.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE Nº 12

A presente Emenda Aditiva visa alterar a redação original do Projeto de Lei nº 399/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 30/2000, acrescentando os seguintes dispositivos à Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, conforme segue:

“Art. 3º....

.....

§ 4º - A tabela de que trata o inciso IV, indicará o valor da base de cálculo em moeda corrente e o valor correspondente ao IPVA devido em Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, devendo ser publicada até o último dia do exercício anterior, para aplicação durante o exercício imediatamente seguinte ao de sua publicação.

.....

“Art. 6º.....

a) convertidos em FCA:

.....

b) reconvertidos em moeda corrente pela FCA da data do pagamento do imposto”.

.....

“Art. 11 -.....

.....

§ 1º - O local, a forma e calendário de pagamento do IPVA, atendendo os prazos definidos nesta lei, serão fixados em Instrução Secretarial, devendo o recolhimento ser efetuado junto à rede bancária autorizada pela Secretaria de Estado da Fazenda”.

.....

“Art. 12 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será atualizado monetariamente com base na variação do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA”.

.....

“Art. 15 -.....

.....

II - 73 (setenta e três) FCA, ao contribuinte que não efetuar o cadastramento de embarcações e aeronaves, na forma e prazo estabelecidos em instrução secretarial”.

.....

“Art. 20 - Ocorrendo a extinção do FCA será adotado, em substituição, outro índice que preserve adequadamente o valor da moeda”.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(aa) MILTINHO PUPPIO, DUÍLIO GENARI, CLEITON KIELSE, HIDEKAZU TAKAYAMA, FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ ACCORSI, TONY GARCIA, CARLOS SIMÕES, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO CARLOIS BELINATI, RICARDO MAIA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ALGACI TULIO, ÉLIO RUSCH, MARCOS ISFER, GERALDO CARTÁRIO, CHICO NOROESTE, BASÍLIO ZANUSSO, NELSON GARCIA, CESAR SELEME, DURVAL AMARAL, CEZAR SILVESTRI, DIVANIR BRAZ PALMA.

JUSTIFICARIVA:

As alterações propostas à Lei nº 11.285/95, fazem-se necessárias para efeito de adequar o índice de atualização monetária, referido em UFIR para Fator de Conversão e Atualização Monetária- FCA, tendo em vista que a UFIR foi extinta pelo Governo Federal (Medida Provisória nº 1797/67, de 26 de outubro de 2000) e, também, para suprimir a expressão “Rede bancária oficial do Estado”, em face da privatização do Banestado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 13

O § 3º - constante da alteração 2ª, proposta no Projeto de Lei nº 399/2000, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º - Para o pagamento do Imposto, em parcela única, será concedida redução de:

a) 20% (vinte por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro de 2001.

b) 15% (quinze por cento) do valor devido para pagamento até o último dia útil do mês de fevereiro de 2001.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) WALDYR PUGLIESI, JOSÉ MARIA FERREIRA, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, CAÍTO QUINTANA, EDGAR BUENO, MOYSÉS LEÔNIDAS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva estimular diminuir a inadimplência dos contribuintes com este tributo, colaborando desta forma para o aumento do volume arrecadado com o IPVA, nos primeiros meses do ano, tradicionalmente caracterizado por dificuldades de receitas.

Contribui, ainda, para o equilíbrio financeiro das famílias paranaenses, as quais são pressionadas nos primeiros meses do ano pelo pagamento de encargos

tributários que ocorrem neste período, a exemplo do IPTU, Imposto de Renda, além de despesas com instrução de seus dependentes.

Vale lembrar que a renda pessoal das famílias brasileiras não apresentou crescimento real nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

De igual maneira, encerramos. O projeto está em discussão.

Volta à C.C.J.

O SR. RICARDO CHAB (**Questão de Ordem**)

Dada a necessidade de aprovação do projeto, não poderíamos transformar o Plenário em Comissão Geral, em razão da a necessidade da aprovação do IPVA, porque se não retorna à C.C.J., volta.

Acho que poderíamos transformar o Plenário hoje em Comissão geral, discutiríamos as emendas aprovadas e tocaríamos o barco hoje, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro que poderíamos, mas teria que ter o requerimento com 24 horas de antecedência.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, entendo que é boa a idéia do deputado Ricardo Chab, mas como temos sessões amanhã, quinta e sexta-feira ainda, não há necessidade, mas a idéia realmente foi boa.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há necessidade, concordo com Vossa Excelência, até porque, como não há requerimento eu não poderia, mas a idéia é extremamente louvável, porque todos queremos aprovar o IPVA, a lei do Vanhoni, o orçamento e a lei do Cartário.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2000, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Centro Desportivo Recreativo, Assistencial e Profissionalizante, com sede e foro em Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de nº 05, de autoria dos senhores deputados Tony Garcia, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ger-

aldo Cartário e Fernando Ribas Carli, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 404/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor.

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto às emendas de Plenário apresentadas, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontra qualquer óbice. Portanto, deverá ser objeto de análise de mérito em plenário.

Assim somos de Parecer Favorável às emendas de Plenário.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Cesar Seleme, Moisés Leônidas, Algaci Tulio.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05 AO PROJETO DE LEI Nº 404/2000

Emenda Substitutiva: modifica o inciso XI do Art. 2º e acrescenta incisos XII, XIII, XIV e XV.

Art. 2º -...

XI - Representante da federação do Comércio do Paraná - Fecomércio

XII - Representante do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná - Sindicam

XIII - Representante do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Garagens, Estacionamentos, Lavadores e Lojas de Conveniências do Estado do Paraná - Sindiccombustíveis

XIV - Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná - Fetaep

XV - Representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga no Estado do Paraná - Setcepar

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(aa) TONY CARCIA, WALDYR PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI, GERALDO CARTÁRIO e FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Exclui-se o inciso XI da redação do Art. 2º, do Projeto de Lei nº 404/2000 por se entender que os usuários estão contemplados em pequeno número no nominado Funcor e, também, porque o representante de usuário indicado por Secretaria de Estado teria sua independência comprometida.

Acresce-se os incisos XII, XIII, XIV e XV para incluir no Funcor representantes de setores fundamentais na economia do Estado e que atuam diretamente, seja na arrecadação dos tributos, seja na utilização das rodovias.

Em votação as Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Emenda nº 1

(**Lê emenda**)

Em votação.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, primeiramente gostaria de enaltecer, principalmente os companheiros da Bancada do PT, visto que não só trabalharam e apresentaram brilhantes sugestões a esse projeto, como também esse projeto tem origem no governo, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, o PT. É realmente interessante essa participação do Partido do PT, e não só o PT, tivemos a contribuição, nesse projeto, da Bancada do PMDB, o deputado Ademir Bier, apresentando as suas emendas; o deputado Pessuti que argumentou na Comissão de Justiça; o deputado Nereu Moura que também discursou e apresentou sugestões e este projeto; da mesma forma o deputado José Maria Ferreira, do PSDB, que ainda hoje, recebendo telefonemas de diversos segmentos da nossa sociedade, me falava da preocupação de alguns setores, o que me levou rapidamente a apresentar uma sub-emenda na Comissão de Justiça para não haver dúvida alguma a respeito desse projeto.

Outros companheiros, como os deputados Irineu Colombo e Hermes da Fonseca, que apresentaram na verdade, e o Irineu Colombo antes mesmo de esse deputado ter se manifestado a favor desse projeto, ou falando que estava criando esse projeto, o deputado Irineu Colombo usou aqui a tribuna para falar que o Paraná realmente, precisava de projeto nesses termos, para salvarmos a malha rodoviária.

Então, gostaria que ficasse nos Anais desta Casa a participação dos deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca, e a Bancada do PT e os demais companheiros que aqui já falamos. Só que, senhor presidente, esse projeto há muito tempo vem sendo desenvolvido pelo ex-diretor do DER, Departamento de Estrada de Rodagens, que foi do governador Roberto Requião, esse engenheiro tem trabalhado no nosso gabinete, ajudando em outros projetos técnicos, e a ele custeamos, sem um centavo de despesa por parte da Assembléia Legislativa, paguei do meu bolso, e ele esteve no Estado do Mato Grosso, falou com o secretário da Fazenda, que é londrinense, que é um paranaense, falou inclusive com o diretor do DER, secretário de Transportes, e aí ele trouxe subsídios que apresentamos nesse projeto.

Então, gostaria que esse projeto não fosse do deputado Cartário, mas de todos os cinquenta e quatro deputados, inclusive o deputado Basílio Zanusso, de uma maneira democrática, nos recebeu constantemente, sempre apoiando as emendas, discutindo, chamando os com-

panheiros da Comissão de Justiça. E esse projeto, na verdade, tem a finalidade de melhorarmos de uma vez por todas a situação da malha rodoviária do Estado sem o aumento de imposto, e principalmente: sem falar em pedágio.

Dessa forma peço a compreensão dos deputados do PT, mas essa emenda não poderá ser votada e aprovada, porque quando ela trata de aumento por parte de um pagamento aos usineiros. Na emenda, ela traria um problema muito complicado, visto que também aqueles que produzem soja também poderiam ser taxados, e outras da nossa cultura. Por isso, com todo respeito, mas agradecendo a participação do PT, peço aos demais companheiros que seja rejeitada a emenda da Bancada do PT.

Muito obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação a emenda.

O SR. HERMES FONSECA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, a nossa emenda, proposta pelo deputado Colombo e por mim, visa encontrar mais recursos para o fundo e, conseqüentemente, para permitir que com esse fundo, o Estado possa conservar a sua malha rodoviária.

Nós, que vivemos no interior e viajamos para o interior, em todas as regiões do Estado, onde há cana-de-açúcar as estradas estão totalmente estragadas e deterioradas, porque os usineiros - não os transportadores, quem transporta a cana do campo para usina são os próprios usineiros - não respeitam as exigências legais, as leis, com relação ao tráfego, a tonelagem. Transportam os seus produtos com excesso de carga, permanentemente, em baixa velocidade. E não há estrada que resista, por tanto tempo, essa ação do transporte de cana-de-açúcar no Estado do Paraná. Essa emenda é exatamente para isso.

Entendemos que essa é uma proposta legal e constitucional. Não vejo impedimento nenhum para ser aprovada. A não ser a reação daqueles que não gostam de pagar imposto e de contribuir com esse Estado - como sempre são os grandes latifundiários e os grandes proprietários rurais. Enquanto o pequeno, o trabalhador e o servidor público pagam, os grandes, que poderiam partilhar um pouco da sua renda, não querem pagar.

No entanto, desejaríamos imensamente que essa emenda fosse aprovada. Mas não queremos criar óbice a esse projeto do deputado Cartário, porque a idéia e a origem desse projeto está no Mato Grosso do Sul - os dois projetos tiveram a sua idéia lá e os dois projetos já existem - com o governador do nosso partido, que encontraram uma solução criativa, para poder atender aos interesses do Estado do Mato Grosso do Sul, dos produtores rurais, enfim, do próprio povo do Mato Grosso do Sul.

O nosso interesse aqui, é também que as nossas estradas que o nosso povo do Paraná e todos aqueles que trafegam no Estado do Paraná, possam trafegar em seg-

urança. O dever do Estado é acima de tudo, garantir a segurança dos seus cidadãos.

Gostaríamos de pedir a todos a aprovação dessa Emenda, mas diante da exposição do autor, tenho quase que certeza que a bancada de apoio ao governo não vai e, conseqüentemente, os colegas do deputado Cartário votarão com ele. Faremos e insistiremos no próximo ano, com um projeto de lei, para que o Fundo seja contemplado também com essas ações.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para Encaminhar, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, acredito que diante do que foi dito, pelos deputados Cartário e Hermas, poderíamos resolver essa questão de imediato. É evidente que o espírito do projeto do deputado Geraldo Cartário, é de fazermos uma separação de uma parcela do ICMS, arrecadado em cima dos combustíveis e colocar esses recursos à disposição de um fundo, que cuidará da conservação das rodovias estaduais e municipais, conforme emenda que está sendo proposta, pelo deputado Ademir Bier e outros parlamentares. Não é criar nenhum pagamento adicional a qualquer segmento produtivo do Paraná.

Os argumentos que utilizam os deputados Fonseca e Colombo, têm, sim, uma parcela de importância a ser considerada por esta Casa - somos testemunhas de que isso ocorre. Talvez, para evitar isso, não fosse necessário que cobrássemos uma taxa dos usineiros, dos produtores de açúcar e álcool do Paraná. Mas que a polícia rodoviária desenvolvesse uma fiscalização correta e adequada, impedindo que se trafegasse com veículos acima do peso. Agora, nós, nesse momento, impingirmos, vamos dizer, uma cobrança em cima apenas dos produtores de açúcar e álcool, entendo que é realmente discriminar. Entendo que temos que ter esta visão também em relação àqueles que trabalham, por exemplo, com as pedreiras. Conhecemos as estradas onde passam os caminhões transportando pedras que também, na maioria das vezes são danificadas. Por exemplo, os caminhões que atuam a serviço da Copel ou que anteriormente atuavam a serviço da Paulipetro, aqueles grandes caminhões que atuaram lá na construção da Ferroeste e que se utilizavam de rodovias estaduais e municipais, algumas pavimentadas e que também destruíam pontes e bueiros.

Então, acredito que a alternativa que poderíamos adotar agora, diante do que disseram os deputados Hermes e o Cartário, era já, de imediato, transformamos esta Emenda num projeto à parte, para que possamos, a partir do ano que vem, iniciar uma discussão para verificarmos quais os setores produtivos, industriais, quais os setores que poderíamos deles exigir um pagamento para melhorar a arrecadação desse fundo. Que não precisássemos hoje derrotar a emenda e nem a idéia, que pudéssemos transformar a emenda num projeto à parte e, a partir do

ano que vem, com mais tempo, mais estudo, muito mais análise, não só nossa, mas principalmente dos setores envolvidos nessa proposta de cobrança para o fundo de reconstrução das rodovias do Estado.

Então a minha sugestão, se for do entendimento de Vossa Excelência, dos deputados Cartário, Colombo e Hermes, que transformássemos esta Emenda num projeto à parte e pudéssemos iniciar a discussão deste assunto em fevereiro e março do ano que vem.

O SR. IRINEU COLOMBO **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, o deputado Pessuti tira a velha sabedoria do deputado Aníbal Khury. Quando o tema era extremamente polêmico, o deputado Aníbal falava: "Transforme em projeto à parte". Não tinha respaldo regimental, mas, em todo caso quem ia discutir na Justiça?

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Há respaldo regimental, sim senhor.

O SR. IRINEU COLOMBO

Há respaldo?

Senhor presidente, mas defendendo a idéia da Emenda, mais uma vez, que além da contribuição daqueles que mais estragam as rodovias que identificamos, de imediato, que são os que transportam a cana, os famosos treminhões, é isso? Três caminhões, treminhões, pagariam em torno de 17 centavos por tonelada transportada. E também uma contribuição das concessionárias que exploram as rodovias, cobrando pedágio no Paraná, na ordem de 1,2% da receita bruta mensal. Por que da receita bruta? Porque é a parte mais fácil de calcular porque a líquida você manobra na contabilidade, na bruta não tem muita manobra porque você calcula na boca do caixa.

Era uma forma de distribuímos um pouco daqueles que têm lucro, no Estado do Paraná, distribuir um pouco o benefício. Mas atendendo ao apelo do deputado Cartário, e em conversa com meu colega Hermes Fonseca, que ajudou a elaborar a presente Emenda, bem como a proposta do deputado Pessuti, nosso líder, senhor presidente, estou encaminhando à Mesa a retirada das nossas Emendas e já dizer que ficamos politicamente com a proposta sob nosso patrocínio, e iremos conversar, novamente, com o deputado Pessuti, na intenção de melhorar, dar uma redação mais ampliada, para outros setores que poderão contribuir e no ano que vem apresentaremos um projeto de lei incorporando estas contribuições. Quem sabe poderemos ampliar com demais setores do Paraná, técnicos sobretudo, para ampliarmos.

Então, estamos em sintonia com o deputado Hermes Fonseca, retirando, a bem da aprovação do projeto, senhor presidente, para que tenha rápido trâmite por esta Casa de Leis.

Obrigado.

O SR. BERALDIN **(Para Encaminhar)**

Havendo retirado a Emenda, acho que não há mais o encaminhamento, mas queria, apenas para informar à Casa, que o setor produtivo de álcool e açúcar do Estado do Paraná não tem a responsabilidade de recolher o ICMS e sim as empresas transportadoras, então deveríamos começar cobrar das empresas que transportam o produto e não daqueles que produzem, distribuidoras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o projeto.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

Apenas porque fiquei em dúvida, sobre a retirada ou não da Emenda, objeto da discussão?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Questão de Ordem**)

Existem as outras Emendas, senhor presidente, foi retirada apenas a Emenda nº 01, temos que apreciar as outras Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero pedir desculpas, a pressa às vezes me atrapalha um pouco aqui. É que entendi que estavam retirando todas as Emendas.

Então, retiramos só uma.

Está em votação a Emenda nº 02, que diz: “A aplicação dos recursos do fundo em destinação diversa da finalidade prevista nesta lei, implica em crime de responsabilidade.”

Em discussão. Em votação.

Os deputados que aprovam a Emenda permaneçam como estão.

Aprovada.

Emenda nº 03, altera o artigo 2º, incluindo os representantes dos usuários das rodovias indicadas pela Cooredenadoria de Proteção em Defesa do Consumidor.

Em discussão. Em votação.

Os deputados que aprovam a Emenda permaneçam como estão.

Emenda nº 04, acrescenta um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Fetaep, ao Conselho.

Em discussão. Em votação.

Os deputados que aprovam a Emenda permaneçam como estão.

Aprovada.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a

retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PELNÁRIO COM PARECERES DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 405/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, dispõe a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado, e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto às emendas de Plenário apresentadas, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontra qualquer óbice. Portanto, deverá ser objeto de análise de mérito em Plenário.

Assim somos de Parecer Favorável às emendas de Plenário, na forma da sub-emenda anexa.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Nereu Moura, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Waldyr Pugliesi, Marcos Isfer, Cesar seleme, Algaci Tulio, Pastor Edson Praczyk, Moysés Leônidas.

Há sub-emenda da C.C.J. apresentada pelo autor, que esclarece o artigo 1º: “As empresa que atuam como contribuintes substitutos na retenção no pagamento do ICMS devido ao Estado, relativamente aos produtos combustíveis derivados de petróleo, devem reter dos valores destinados do pagamento do ICMS, um centavo de real para cada litro de óleo diesel”. É um esclarecimento apenas.

Está em votação a emenda.

Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão.

Aprovada.

Há mais uma Emenda de Plenário que inclui no artigo 3º a conservação das rodovias integrantes do Programa Caminhos da Educação e do Saber. Conservação e adequação de rodovias municipais em convênio celebrados com o Estado.

Em discussão. Em votação.

Aprovado.

Há uma 3ª emenda, firmada pelo deputado Divanir Braz Palma.

Para encaminhar, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA
(**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares.

Em conversa com o deputado, autor desse grande projeto, Geraldo Cartário, estamos formando uma concessão, que a forma de taxação desse fundo deva ser permanente, porque esse projeto vem criar esse fundo, e esse fundo veio para ficar. É uma necessidade da sociedade moderna, porque do jeito que estávamos não dava para continuar.

Fizemos um estudo junto ao DER, mais precisamente a Secretaria de Transportes. Há 25 anos atrás, tínhamos quase 30% do Orçamento do Estado direcionados para a conservação e construção de rodovias. Hoje, estamos reduzidos a apenas 3% do orçamento. É evidente que o governo, com a modernidade, teve que priorizar outros setores como educação, saúde, segurança e outros mais.

Então, preocupados com a manutenção desse fundo - que fique resguardado de todos os efeitos corrosivos da inflação por menor que seja - entramos com essa emenda, para que ao invés de esse fundo ser taxado, que seja recolhido parte do ICMS em centavos, seja recolhido em percentuais, sobre o valor do litro da gasolina e do óleo diesel.

Então com o cálculo que fizemos, o 0,6% sobre o valor, teremos atualizado todos os dias e o fundo poderá manter então a previsão em torno mais ou menos de 70 milhões/ano de arrecadação, como recebemos aqui do coronel Malucelli, que é diretor Executivo de Federação de Transportes e, também, do presidente aqui presente, Valmor Weiss, que também concordam que esse seria, claro, um valor suficiente para mantermos os quase 11 mil km de rodovias que temos não pedagiadas.

Caso esse fundo, o mais importante, senhor presidente, Vossa Excelência sabe que estaremos resguardando esse grande trecho de passarmos para a iniciativa privada. Porque o governo terá condições de revitalizar o DER, hoje praticamente sucateado, com esse fundo atualizado.

Diante disso, senhor presidente, peço aos nobres Pares, que se possível, se formarem consenso, possamos então enriquecer mais o projeto do deputado Cartário, tornando esse fundo atualizado e livre de qualquer inflação.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar)

Simplesmente para agradecer a participação, também, do deputado Divanir Braz palma, visto que vem enriquecer mais o nosso projeto.

Realmente, há uma preocupação por parte do deputado em termos de futuro. Analisamos num momento apenas um centavo, no entanto, ele já foi um pouco mais adiante. Realmente pode haver uma inflação, pode disparar o preço do petróleo e o fundo seria prejudicado.

Então, só para complementar o deputado Divanir Braz Palma e agradecer ao relator desse projeto, que foi o deputado Duílio Genari, e a liderança do governo, que está colaborando com essa votação.

Muito obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Para Encaminhar)

Só para enriquecer, acabamos de receber da Repar informação através do coronel Malucelli, o volume de combustíveis consumido no Paraná, comercializado no Paraná.

Temos hoje, em gasolina 125 milhões de litros/mês.

De óleo diesel 265 milhões de litros/mês.

É só fazer a conta, que deverá dar em torno de 70 milhões ou um pouco mais, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão, em votação a emenda. Ressalvado o projeto.

Os deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão.

Aprovado.

Em votação o projeto.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Não posso, nesse momento, deixar de ressaltar o alto nível de paranismo com que os deputados, tanto da Oposição como a Situação, muitas vezes têm cedido em algumas das suas questões na aprovação desse projeto.

A Assembléia dá uma demonstração viva, que realmente quer errar o menos possível.

Parabéns, para todos.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 032/2000, que dispõe sobre ajuste no Programa de Obras do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes, visando o reaparelhamento asfáltico do trecho Dois Vizinhos ao distrito de Foz do Chopim, no município de Cruzeiro de Iguaçu. **PARECERES DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2491, de autoria dos senhores deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Renato Gaúcho e demais senhores deputados, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciar.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Até para que pudéssemos ter consequência dessa vontade desse grupo de deputados, solicitaria a Vossa Excelência que fizesse o encaminhamento para a C.C.J., para que fosse apreciada ainda nesse período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sem dúvida alguma.

Requerimento nº 2479, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2480 a 2484, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2486, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2489, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2490, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2492, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Presidência convida a todos os deputados e companheiros da imprensa para a inauguração do Centro de Educação Infantil da Assembléia Legislativa do Estado, que acontece logo após esta sessão.

A Presidência faz questão em convidá-los, porque tem certeza que Vossas Excelências irão se surpreender com a qualidade desta creche que inauguramos hoje, anseio antigo dos deputados.

A creche está na Rua Manoel dos Santos Barreto, nº 181.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009 e 339/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 047, 097, 193, 340 362/2000
e do de Lei Complementar nº 375/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 404 e 405/2000.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 044/2000 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela lei nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA		
Código	P/A	Valor
33902900	2000	100.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA		
Código	P/A	Valor
33903300	2000	70.000,00
33903400	2000	30.000,00
		100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 04.12.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado Hermas Brandão - 1º Secretário

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 040ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

12 DE DEZEMBRO DE 2000

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma,

Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1 SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ao douto Plenário, a retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 416/2000, para melhores estudos.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(aa) EDNO GUIMARÃES e
NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, na forma do Regimento Interno, respeitosamente REQUEREM, a Vossa Excelência adiamento da discussão do projeto de novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo prazo 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(aa) PÉRICLES MELLO, ANTONIO ANNIBELLI, VALDIR ROSSONI, DIVANIR BRAZ PALMA, WALDYR PUGLIESI, ANTONIO CARLOS BELINATI, ÂNGELO VANHONI, MILTINHO PUPPIO, EDSON STRAPASSON, LUIZ CARLOS MARTINS, CEZAR SILVESTRI, TONY GARCIA, AUGUSTINHO ZUCCHI,

RICARDO CHAB, FERNANDO RIBAS CARLI, SÉRGIO SPADA, DURVAL AMARAL, GERALDO CARTÁRIO, CARLOS SIMÕES, LUIZ CARLOS ZUK, MOYSÉS LEÔNIDAS, JOSÉ MARIA FERREIRA, RENATO GAÚCHO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, CESAR SELEME, ADEMAR TRAIANO, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, SERAFINA CARRILHO, BERALDIN, NEREU MOURA, DUÍLIO GENARI, EDNO GUIMARÃES, TIAGO DE AMORIM NOVAES E BASÍLIO ZANUSSO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2493, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão do projeto do novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, pelo prazo de 10 (dez) sessões. **Deferido.**

Constrangido, acato o requerimento.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 173/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à senhora Virgínia Leite. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 282/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que torna obrigatório que a concessionária de serviço público de telefonia fixa

no Estado do Paraná, responsável pela emissão da fatura telefônica, descreva na fatura de cobrança telefônica, informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2000, de autoria dos deputados Beraldin e Basílio Zanusso, que altera as leis que criaram os municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Marilena, Porto Rico, Querência, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná e Vila Alta. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos senhores deputados Edno Guimarães e Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Em votação.**

O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, encareço aos deputados Edno Guimarães e ao deputado Nelson Garcia para que não retirem o referido projeto de pauta. Porque ainda hoje estivemos em Altônia, recebendo o Título de Cidadão Honorário, e os prefeitos daquela região estavam comemorando o projeto que define por lei as divisas, aumenta a área, na verdade, de todos aqueles municípios daquela região. E como a Lei do ICMS Ecológico está sendo regulamentada no Mato Grosso, o Estado do Paraná - aqueles municípios, passariam a receber menos ICMS Ecológico e menos F.P.M.. Portanto, encareço aos deputados no sentido de que aprovemos este projeto hoje. Sinceramente não vejo razões, porque só há, aqui, interesse do Estado do Paraná, só aumenta as divisas do Estado do Paraná, só aumenta as divisas dos municípios. Não vejo razões para adiarmos este projeto.

No entanto, me submeto à maioria e espero que os senhores deputados possam entender que este é um projeto em favor do Paraná. Apenas para complementar: este projeto vem respaldado com a participação técnica dos funcionários do IAP que promoveram este estudo já há muito tempo, refizeram este estudo, já havia sido encaminhado à Assembleia Legislativa na época do presidente Aníbal Khury e agora apresentamos este projeto no sentido, evidentemente, de favorecer aquela região Noroeste do Estado e favorecer o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Acredito que este projeto conforme encaminhado pelo deputado Beraldin, carece de mais esclarecimentos. porque não acredito que a Assembleia Legislativa do Paraná tenha poderes para legislar sobre divisas com o Estado do Mato Grosso. Mas, de repente, o deputado Beraldin possa aqui provar para nós que podemos legislar sobre isso. Por isso, na dúvida, quanto ao projeto voto

pelo adiamento do projeto, para que possamos aprofundar mais o conhecimento sobre essa questão.

Não tenho nada contra o projeto, mas prefiro adiar a votação.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Para Encaminhar)

Nós que somos da região Noroeste e que acompanhamos esses municípios no seu dia-a-dia, queríamos pedir para manter o requerimento, a retirada por 10 sessões, desse projeto. De repente, conversando com o deputado Nelson Garcia, achamos por bem retirar por 10 sessões, para melhores estudos, justamente aquilo que o líder do Governo, Valdir Rossoni, acabou de falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão o requerimento.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, acho o requerimento oportuno e necessário, porque mexe com um assunto interessante que é divisa de município. E todos sabemos que nenhum município gosta de perder uma vírgula de terra. Por isso, que é assunto que tem que ser bem discutido, bem debatido para que nós aqui da Assembleia não cometamos injustiça e nem inconstitucionalidade, porque, no meu modo de ver, esse projeto é inconstitucional. Todavia, concordo, concordamos, nós do PMDB, com o requerimento para retirar da Ordem do Dia esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, estou vendo a discussão, já vi na pauta. Agora, preciso saber dos deputados, tanto do Beraldin como do deputado Basílio Zanusso, se mexe em divisa? Se mexer em divisas precisa de plebiscito, não pode. A Constituição é clara nesse aspecto. Não podemos fazer aqui alteração, dentro da Assembleia, precisamos ter a autorização, de autorizar um plebiscito para mexer em divisas. E aí esse projeto, evidentemente, está eivado de inconstitucionalidade. Por isso, acho prudente, concordo com o deputado Edno Guimarães de que precisa ser retirado pelas 10 sessões, para que possamos analisar, verificar se mexe, se altera divisas. Se alterar, precisa ter projeto do IBGE, precisa ter uma série de condicionantes para poder fazer essa votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente e nobres colegas, esse projeto é resultado de estudos já de algum tempo, trazido para a Assembleia e entregue nas mãos do ex-presidente Aníbal Khury, e este deputado também ouviu alguns

argumentos e justificativas de funcionários categorizados da Secretaria do Meio Ambiente e também do IAP. Há uma preocupação com as nossas divisas, realmente, com o Mato Grosso, em virtude das ilhas e das mudanças naturais no decorrer dos anos, e que o projeto seria de interesse do Estado do Paraná. Quando convidado pelo deputado Neivo Beraldin a assinar com ele, eu o fiz nas melhores das intenções também, preservando os interesses do nosso Estado. Mas, acho, embora subscritor do projeto com o deputado Beraldin, que esse pedido de propenlação de discussão adiada é de bom-senso. Eu também me preocupo não só com o aspecto inconstitucional, mas com o interesse do Estado e dos municípios, que lhe dizem diretamente respeito.

Muito obrigado.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, pelo visto os nobres colegas desejam mais orientação sobre o projeto. Embora eu tenha me convencido plenamente das explicações e das confrontações de mapas, e do estudo, antigo, que é um estudo extremamente técnico, é preciso entender que quando se construiu Itaipu, o rio alargou e nós redefinindoas divisas, estaríamos trazendo para o Estado do Paraná aquela parte que o rio alargou e que hoje está discutível. Para que os deputados entendam, não é nenhum técnico que está falando, mas a verdade é esta. Teríamos que aprovar uma lei, aqui, e depois, evidentemente, Mato Grosso do Sul, se assim entender, que foi prejudicado, haveria uma discussão que seria outra questão. Estamos cuidando do interesse do Estado do Paraná. E Mato Grosso do Sul, assim como aconteceu com São Paulo criou uma lei dando como divisa o calado do rio. E vamos discutir isso? Vamos discutir se a profundidade da água é maior para o Estado do Paraná ou maior para o Estado do Mato Grosso do Sul? Não é esta a nossa questão.

A nossa questão é uma só: não diminui divisa para o Estado. Ao contrário, aumenta. Não perde dinheiro ao Estado. Ao contrário, aumenta. Não perdem dinheiros os municípios. Ao contrário, aumenta. FPM, ICMS, enfim. Não há prejuízos para as áreas que pertencem aos nossos municípios, do Estado do Paraná. E não há prejuízos. Ao contrário, só há vantagens para o nosso Estado.

Esta seria a compreensão que esperava receber especialmente, disse hoje, quando recebi o título, que não é por esta lei e sim pela Lei de ICMS da região, enalteci o deputado Nelson Garcia, deputado Edno Guimarães, deputado Basílio Zanusso, como o próprio Elio Rusch, como deputados da região. Agora, não esperava, sinceramente, que isto viesse a acontecer, aqui. Porque apresentei isto para o bem do Estado. Não é minha região, não é nada. Só fui convencido pelos técnicos de que deveria encaminhar isso para o bem do nosso Estado. Esta era minha justificativa, que espero seja suficiente para fazer com que o Líder do Governo e os deputados se convençam disto. Ao contrário, vamos esperar o tempo passar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Falei ao deputado Beraldin quanto ao seu projeto que nós não somos contrários. Agora, tenho certeza absoluta, deputado Beraldin, que se Vossa Excelência encaminhar o mérito do projeto, Vossa Excelência vai nos convencer, porque Vossa Excelência tem uma capacidade enorme de convencimento.

O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)

Olha, não tenho em mãos aqui os números, no mérito, porque estive na Sessão de ontem e Vossa Excelência deve ter visto que todos os municípios ganham em área. O que Vossa Excelência me pede, agora, não tenho no momento. Mas, poderia justificar que dos nove municípios que estão envolvidos nesta questão, nenhum perde área. Todos ganham área. E Vossa Excelência sabe que um item de ICMS é um item de extensão territorial do município. Vossa Excelência sabe que o FPM é o segundo ou a primeira arrecadação de qualquer município deste País. Tem o município uma extensão maior de área territorial, é um dos itens que credencia o município a receber o FPM ou o ICMS. O que Vossa Excelência quer que o Noroeste, especialmente Altônia, e aquela região receba ICMS por sua importância industrial? Por sua importância de item de população? Por sua importância agrícola? Vossa Excelência deu a entender que o item “extensão territorial” é um item fundamental para que aqueles municípios possam ter o mínimo de subsistência.

O Sr. Valdir Rossoni

Só para acrescentar à discussão...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós estamos discutindo, apenas, o requerimento do deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Mas, a questão é fundamental, senhor presidente. Se se aumenta ICMS de cinco ou seis municípios, tira-se de alguém!

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, se entendi o encaminhamento do deputado Beraldin, ele fala que, com o alagamento das áreas em virtude da construção da Usina de Itaipu, houve uma diminuição da área dos municípios. E, o que ele pretende com seu projeto é que haja uma reconstituição da área original. Daí cabe a nós legislar.

Agora, se há uma ampliação da área, invadindo inclusive a área do Estado do Mato Grosso do Sul, não é competência nossa e sim da Câmara Federal. Mas, se

realmente é uma reconstituição da área anterior, é da nossa competência.

Precisamos esclarecer melhor porque os deputados estão perdidos.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Queria também tentar contribuir porque o parecer da CCJ foi de minha autoria, me baseando na assessoria jurídica da Casa. Demos o parecer favorável alterando as leis dos municípios já citados.

Invoco, então, o artigo 236, já que há um requerimento na Mesa, que fala de criação de municípios, incorporação, fusão, desmembramento. Me parece que aí caberia um projeto de resolução desta Casa. Pediria, então, que o projeto voltasse à CCJ, à minha pessoa como relator inicial, para que pudéssemos melhorar, dar uma continuação ao projeto e então finalizar a sua tramitação na Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estamos discutindo o mérito, e acho que este mérito deveria ser discutido depois.

Deputado Beraldin, sou favorável ao pedido de retirada da discussão e, aliás, acho que a CCJ, quando deu o parecer pela constitucionalidade deu o parecer equivocadamente. A nossa Constituição diz que não existe outra forma de ampliação de área a não ser por incorporação, fusão e desmembramento. E, qualquer uma destas formas exige, hoje, pela Constituição, plebiscito.

Acho meritório o pensamento do deputado Beraldin em poder contemplar algum município com maior arrecadação de ICMS, mas também concordo com o que disse o deputado Valdir Rossoni, como o ICMS é um fundo, sempre que vai mais para um, diminui mais para outro.

Mas, de qualquer forma, precisamos analisar sob pena de cometermos um equívoco que vai colocar esta Casa no risível. Ou vamos espichar a divisão do município para dentro do lago, ou para dentro do outro Estado, o que seria, de qualquer forma, profundamente impossível de ser feito.

Portanto, acho que é bom tirarmos por algumas sessões para discutirmos e tenho dúvida. Votarei plenamente a favor se nós estivermos dentro do princípio da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerro a discussão do requerimento firmado pelos deputados Edno Guimarães e Nelson Garcia e coloco em votação. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 416/2000.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que determina que os 1º

Tenentes PR - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a reserva remunerada com os proventos de capitão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 158, de 14.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 386/2000

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Nelson Justus, o projeto de lei em tela acresce artigo ao Projeto de Lei nº 386/2000.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre sua legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que obste sua tramitação nesta Casa de Leis. Pelo exposto, somos de Parecer Favorável ao projeto, na forma do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 386/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a passar para a reserva remunerada com os proventos de capitão, os 1ºs tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 386/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Nelson Justus, objetiva determinar que os 1ºs tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 anos de serviço, passem para a reserva remunerada com os proventos de capitão.

Podemos observar que sobre a matéria já foi apresentado Parecer Favorável com Emenda Substitutiva da dita Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, conforme determina o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da emenda apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 386/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei objetiva determinar que os 1ºs tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a reserva remunerada com os proventos de capitão.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável com emenda substitutiva da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, conforme determina o § 9º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso Parecer Favorável, na forma da emenda apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/2000, de autoria dos deputados Nelson Justus e Caíto Quintana, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. SEM PARECER. (Publ. no D.A. nº 183, de 11.12.2000)

Adiado por 10 (dez) sessões, conforme requerimento citado na passagem da Ordem do Dia.

Antes de encerrar a sessão, quero esclarecer aos senhores deputados que foi publicado um avulso de proposta à Emenda Constitucional, abrindo o prazo, portanto, por três sessões, para oferecimento de emendas à proposta de emenda à Constituição do Estado, que acrescenta o artigo à sessão 2, do capítulo 1, do título 3 da Constituição, de autoria do deputado Caíto Quintana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 13, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 120 e 307/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 090, 386 e 335/2000.

Levanta-se a sessão.